

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

LETICIA BATISTA DE ARAUJO

**ANÁLISE DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIABILIZAÇÃO DO
BENEFÍCIO DE PASSE LIVRE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

VITÓRIA
2014

LETICIA BATISTA DE ARAUJO

**ANÁLISE DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIABILIZAÇÃO DO
BENEFÍCIO DE PASSE LIVRE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de
graduação em Serviço Social.

Orientador: Prof. Juliane de Araújo Barroso

VITÓRIA
2014

LETICIA BATISTA DE ARAUJO

**ANÁLISE DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA VIABILIZAÇÃO DO
BENEFÍCIO DE PASSE LIVRE PARA A PESSOA COM DEFICIENCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de graduação em Serviço Social.

Aprovado em 09 de Julho de 2014, por:

Prof. Juliane de Araujo Barroso - Orientador

Prof. Alaísa de Oliveira Sirqueira - FCSES

Reny dos Santos Bastos Mongin - Assistente Social

Para meu pai, minha mãe e minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Passei por várias dificuldades pra chegar até aqui, mas Deus me deu força, saúde e coragem pra enfrentá-las. Hoje, posso dizer que conquistei uma vitória, depois de tanto esforço, estudo e dedicação.

Agradeço ao meu maravilhoso Deus por essa benção que ele me concedeu.

Aos meus pais: Ozias e Maria que sempre estiveram ao meu lado me apoiando nos momentos de dificuldades que encontrei durante a realização deste trabalho. Pai e Mãe Amo vocês!

À Mariana, minha grande irmã e seu filho, meu lindo sobrinho Thalisson.

Ao meu namorado, Cezar, por ter me dado todo apoio quando mais precisei.

À minha querida orientadora, professora Juliane Barroso, que compartilhou das minhas idéias e reflexões durante a elaboração deste trabalho.

À minha amiga Samara que me deu a maior força quando precisei.

À minha querida amiga Isaura, uma grande pesquisadora, que tirou um pouco do seu tempo para me ajudar. Seus conselhos e suas reflexões foram muitos valiosos. Muito obrigada!

À Reny, minha estimada Supervisora de Estágio que sempre me apoiou e ajudou quando necessitei de seus conselhos e sugestões. Obrigada por tudo minha querida!

À CETURB-GV, que me deu oportunidade de estágio.

À família GE AUS que partilhou dos meus momentos de desespero. Muito obrigada por terem acreditado em mim.

Aos meus familiares que sempre me apoiou.

Aos irmãos da igreja que sempre estiveram orando por mim.

E, a todos que acreditaram em meu potencial.

Agradecemos e celebramos esta vitória!

E, no entanto, é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população [...] (NETTO, 1999)

RESUMO

Este estudo visa analisar a prática desenvolvida pelo assistente social no atendimento e na viabilização do benefício de passe livre à população com deficiência. O presente estudo foi realizado na instituição Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV). Empresa pública, que tem como função controlar o Sistema de Transporte Público da Grande Vitória. Trata-se de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório. O estudo foi realizado somente no Setor de Passe Livre para a pessoa com deficiência. Como instrumento e técnica para coleta de dados foi utilizado à entrevista com perguntas abertas com o profissional de serviço social, a fim de compreender sua prática profissional. A análise de dados se deu por meio da análise de conteúdos abordados. Desta forma, frente à viabilização do benefício de passe livre, torna-se necessário estudo que aprofunde sobre essa temática. Portanto o presente TCC está dividido em três seções: Na primeira traz levantamentos acerca da profissão, já a segunda seção apresenta um breve contexto de pessoa com deficiência e na terceira seção traz estudos sobre o benefício de passe livre para essa população.

Palavras-chave: Serviço Social, Pessoa com Deficiência, Benefício de Passe Livre.

ABSTRACT

This study aims to analyze the practice developed by the social worker in the availability and feasibility of the benefit of a free pass to the disabled population. The present study was carried out at the Institute of urban transport Company the big win (CETURB-GV). Public company, which has the function to control the public transportation system of the great victory. This is a qualitative, exploratory character. The study was conducted only in the free pass for the disabled person. As a tool and technique for data collection was used the semi-structured interview with the social service professional, in order to understand their professional practice. The analysis of data gathered through the analysis of content. In this way, front the viability of the benefit of a free pass, it becomes necessary studies that delve into this theme. So this is divided into three sections: the first brings about the profession surveys, the second section person with a disability and the third section brings studies on the benefit of a free pass for this population.

Keywords: Social Service, person with a disability, the benefit of a free pass.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Classificação e tipos de deficiências.....	44
Quadro 02 – Gerações dos Direitos Sociais.....	46
Quadro 03 – Marco Legal e seus referidos anos	60

LISTA DE SIGLAS

ANTT – Associação Nacional de Transportes Terrestres

CETURB -GV – Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistente Social

CONDEF – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

DIO – Diário Oficial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organizações das Nações Unidas

SETOP - Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	25
2.1.1 Contexto sócio-histórico da profissão.....	25
2.1.2 O processo do trabalho do assistente social.....	34
2.1.3 A institucionalização da profissão nas empresas.....	38
2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS CONQUISTAS.....	41
2.2.1 Pessoa com deficiência.....	41
2.2.2 Classificação e tipos das deficiências.....	44
2.2.3 Breve histórico e sua trajetória.....	45
2.2.4 Direitos da pessoa com deficiência e suas legislações.....	47
2.2.5 Política social para a pessoa com deficiência.....	50
2.3 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O PASSE LIVRE NOS TRANSPORTES COLETIVOS DA GRANDE VITÓRIA E NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	53
3 METODOLOGIA.....	61
4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	65
4.1 CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA CETURB-GV – CAMPO DE PESQUISA.....	65
4.2 ANÁLISE DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL.....	66
4.3 DAS AÇÕES REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL NA CETURB.....	68
4.4 DOS LIMITES E DESAFIOS OBSERVADOS PELO SERVIÇO SOCIAL.....	69
4.5 DIVERSAS INTERFACES DE POLÍTICAS SOCIAIS.....	71
4.6 A AVALIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PASSE LIVRE.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6 REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE A.....	83
APÊNDICE B.....	86

1 INTRODUÇÃO

Tendo como fundamento um conteúdo teórico e metodológico acerca da profissão de serviço social, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar a prática desenvolvida pelo assistente social na viabilização do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência, na instituição Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV).

Pra tanto se faz necessário também identificar as principais demandas institucionais e dos usuários que se apresentam para sua intervenção profissional; bem como descrever os principais encaminhamentos realizados pelo serviço social; verificar as principais políticas utilizadas pelo profissional de serviço social e identificação dos programas e projetos sociais nos quais o assistente social está inserido na instituição.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem no Brasil mais de 46,5 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência na população brasileira. De acordo com tal afirmação, o principal índice das deficiências está relacionado a acidentes de trânsito e violências (BRASIL, 2006).

É importante destacar alguns direitos que foram conquistados pela população com deficiência no decorrer dos anos. Assim sendo, na garantia de assegurar direitos e proteção social para esta população, a Constituição Federal de 1988, vem afirmar como uns de seus princípios fundamentais a “cidadania e a dignidade da pessoa humana”, além disso, vem garantir também, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 2012c, p. 19-20).

Considerando que a dignidade da pessoa humana é primordial a todos, o Estatuto da Pessoa com Deficiência aponta que é dever do Estado, da sociedade e da família garantir a cidadania plena e a efetivação dos direitos dessa população, bem como sua inclusão social na sociedade ([BRASIL, 2013]).

A inclusão social das pessoas com deficiência parte do princípio de viver de forma livre, independente e integrada dentro da sociedade, tendo escolhas e participações como qualquer outra pessoa na comunidade (BRASIL, 2006).

Neste sentido, o interesse pelo tema “Viabilização do Benefício de Passe Livre para as Pessoas com Deficiência” foi motivado em função da necessidade de conhecer esse campo de atuação do serviço social.

Tal interesse surgiu no campo de estágio, no qual a pesquisadora atuou nesta mesma instituição e percebeu que este campo de intervenção do assistente social é um espaço novo, com pouco aprofundamento teórico e também, dispõe de pouco material sistemático sobre o serviço social dentro desta instituição, sendo que essa temática é pouco explorada em pesquisas e estudos. Por esse motivo, o presente trabalho visa à ampliação de conhecimentos sobre a prática do assistente social na presente instituição.

Acredita-se que o aprofundamento da temática poderá contribuir para que novas políticas públicas sejam formuladas ou repensadas na área de serviço social, como também, outros instrumentos sejam utilizados no espaço profissional. Para que este ambiente profissional possa ser um campo voltado para novas pesquisas, expandindo assim, novos conhecimentos e novas informações para a categoria do serviço social.

Para que o referido TCC fosse embasado por um fundamento teórico e metodológico, dividiu-se em três seções.

A primeira apresenta o contexto sócio-histórico da profissão articulado ao processo de trabalho do assistente social e à institucionalização da profissão nas empresas capitalistas.

Já na segunda seção foi abordada a trajetória da população com deficiência articulado aos direitos sociais em geral, e as políticas sociais. Apresenta também, a classificação das deficiências e sua legislação, bem como a política nacional para pessoas com deficiência.

Na terceira seção contempla-se o estudo das leis referentes às gratuidades nos transportes coletivos, destacando em especial o benefício de passe livre no transporte intermunicipal da região metropolitana da Grande de Vitória. Apresentando também, a empresa CETURB-GV.

A metodologia apresentada buscou demonstrar as etapas da realização deste trabalho. Assim, foi realizada entrevista com o profissional de serviço social, mediante um roteiro com perguntas abertas.

Os resultados e a discussão se deram através da análise da prática do assistente social na CETURB-GV e suas intervenções no atendimento e na viabilização do benefício de passe livre. Sendo assim, as categorias adquiridas permitiram uma análise mais aprofundada teoricamente acerca da práxis profissional do assistente social. Apresentou também, as características da mencionada empresa.

O presente TCC evidenciou algumas considerações acerca da prática do profissional de serviço social, bem como sua importância no processo de viabilização do benefício do passe livre e promoção de inclusão social junto às pessoas com deficiência beneficiárias do passe livre. Sendo possível ser visualizadas em suas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

2.1.1 Contexto sócio-histórico da profissão

Nesta seção será realizada uma contextualização do serviço social a partir da década de 1930. Para tanto, será contemplado o serviço social nas perspectivas conservadora e modernizadora, que se deu após o Movimento de Reconceituação. Serão abordados também, todos os processos de luta dos assistentes sociais em busca do novo projeto profissional, bem como seu processo de trabalho, sua matéria-prima e sua complexidade enquanto classe trabalhadora. Será explanada, também, a atuação do assistente social nas empresas capitalistas, trazendo uma breve contextualização da institucionalização da profissão nessas empresas.

Segundo Yamamoto e Carvalho (2013, p. 135) a implantação do serviço social “se dá no decorrer do processo histórico em que surgem as Leis Sociais em conjunturas históricas determinadas”. Os referidos autores também enfatizam que a profissão de serviço social surge para atuar junto a repressão e caridade a partir de determinadas manifestações de grupos e classes que se iniciava na época.

A década de 1930 até meados da década de 40 é marcada pelo surgimento da profissão no Brasil, que ocorre a partir de uma necessidade mobilizada pelo Estado para intervir nas necessidades sociais dos conflitos entre o Capital e o Trabalho.

Dessa forma, a “busca de desvendar o significado social do serviço social situa essa profissão, como participante da reprodução das classes sociais, diretamente permeada pelo relacionamento contraditório e antagônico entre elas”. (SILVA, 1995, p. 23)

Nesse contexto a questão social¹ é vista como um problema social da Igreja Católica que se revelava como uma questão moral de cada indivíduo. No entanto, é notório destacar que a questão social está diretamente ligada à contradição dessas duas classes antagônicas: Capital e Trabalho.

¹ A Questão Social é a expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política. (YAZBEK, 2009, p. 127)

Segundo Yazbek (2009, p. 131),

Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento.

A base teórica da profissão nessa época era o tomismo e o neotomismo², na qual as ações assistenciais eram realizadas com o apoio da Igreja. Desse modo, é com o apoio desta importante instituição que a profissão de serviço social formula seus primeiros objetivos políticos e sociais (YAZBEK, 2009)

Netto (2011, p. 117-118) aponta que nesse mesmo contexto o serviço social tinha um pensamento conservador, tradicional,

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizada bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais.

Faleiros (2011) acrescenta que a profissão nessa época se baseava nos processos de casos e grupos, onde os profissionais atuavam através de fatores psicossociais, e desse modo o indivíduo era considerado “clientela”, assim sendo, era o próprio fundamento da vida social.

Porém, sem a adequação de um trabalho psicológico, a técnica da escuta das queixas de sua “clientela” tornou-se incômoda e desnecessária, pois não solucionava os problemas demandados, ficava baseado nos valores e princípios sociais do próprio assistente social. Percebe-se que era um relacionamento baseado no senso comum, no qual não levava à uma avaliação crítica sobre a realidade que se apresentava. Este padrão de intervenção tinha uma perspectiva individualista, possuindo critério de aconselhamento, como uma auto-ajuda para aqueles indivíduos que procurassem o profissional de serviço social (FALEIROS, 2011).

Vale salientar que na década de 50 estava ocorrendo no contexto internacional, uma grande agitação por parte dos Estados, tendo o capitalismo monopolista de Estado sofrido grandes mudanças, onde sua economia estava acentuando-se. Foi o momento em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo de monopólios,

²Tomismo: 1 Doutrina teleológica e filosófica de Santo Tomás de Aquino (1227-1274). (TOMISMO, 1998, MICHAELIS, p. 2080). Neotomismo: Doutrina filosófica contemporânea que procura conciliar os ensinamentos ao tomismo com exigências da ciência moderna (NEOTOMISMO, MICHAELIS, 1998, p. 1450).

que no qual foi um momento de transição histórica na sociedade (NETTO, 2011)

Nesse contexto é importante ressaltar que, a sociedade capitalista estava à beira de uma crise. Sua economia e seu aspecto social eram preocupantes, pois o desemprego se alterava e a miséria expandia. Deste modo, o capitalismo foi desfazendo suas ilusões e mostrou a dura realidade por ele apresentada. O desemprego atingia a Europa e os Estados Unidos, pois a pobreza e os problemas sociais cresciam em demasia e as formas de possibilidades para reverter essa crise, estavam distantes das classes dominantes. As referidas classes estavam aliadas ao Estado, tendo como objetivo a restauração da economia, para obter novamente o levantamento do capitalismo (MARTINELLI, 1997).

Dessa forma,

[...] o Estado foi assumindo um papel destacado na expansão dos investimentos e do mercado e a industrialização capitalista passou a se fazer com um elevado grau de monopólio. Criavam-se assim as bases para uma nova fase do capitalismo, o monopolista [...] (MARTINELLI, 1997, p. 94).

A autora complementa que, com o desenvolvimento de absorção do capitalismo monopolista, foram se fortalecendo e ampliando as alianças entre as classes dominantes e o Estado. Com a consolidação do capitalismo monopolista houve uma forte repressão sobre os trabalhadores por parte dos grandes empresários. Nesse clima de pressão e repressão das referidas classes, as relações sociais se afastavam cada vez mais de uma paz e tranqüilidade.

Torna-se importante destacar que nesse cenário as múltiplas expressões da questão social se expandiam cada vez mais, pois assim que cresciam os grandes reinos econômicos, a pobreza e a miséria se alastravam. Sendo assim, era necessário procurar novas alternativas para intervir na questão social (MARTINELLI, 1997).

Voltemos ao cenário nacional. Com essas mudanças ocorrendo no contexto internacional, a onda de problemas sociais impactou também a sociedade brasileira, alterando sua estrutura e suas formas de enfrentamento da questão social. Assim, as classes dominantes foram buscar auxílio com os assistentes sociais para o enfrentamento da questão social, vale lembrar que a profissão de serviço social executava ações que eram atribuídas pelo capitalismo (MARTINELLI, 1997).

Vale destacar ainda no cenário descrito que a profissão também passou a sofrer intensas transformações, devido às novas demandas impostas a ela, através do

Estado e do capital. Diante dessas modificações que aconteciam no país, exigiu-se uma nova postura da profissão frente às necessidades sociais que se manifestavam dentro desse processo histórico (NETTO, 2011).

Netto (2011) complementa que nesse período a profissão ainda não apresentava em seu cenário uma intenção de romper com sua prática conservadora e com a sua intervenção tradicionalista. Portanto, carecia de uma elaboração teórica da profissão.

Neste período o país apresentava uma intensa e profunda crise econômica por conta do processo ditatorial que, resultou em grandes mobilizações políticas e “colocou para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto) representações profissionais” (NETTO, 2011, p. 117).

Já na metade da década de 1960 até meados da década de 1980 a profissão começa a questionar sua teoria e sua prática conservadora, dando início ao processo de Reconceituação, que marca o seu amadurecimento. Neste momento, a profissão inicia um processo de ruptura teórica e política com o tradicionalismo que constituía sua prática, passando a dar lugar à teoria marxista. Assim, o entendimento do caráter do Estado capitalista levou a profissão a repensar e questionar sua prática profissional (FALEIROS, 2011).

Segundo Silva (1995, p. 97), “a perspectiva modernizadora atinge seu auge nos Encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) e perde sua hegemonia a partir da segunda metade dos anos 70”.

A mesma autora ressalta que o Encontro de Sumaré (1978) representa o avanço da perspectiva modernizadora da profissão no Brasil.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social constitui-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino-americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da dinâmica da acumulação capitalista (SILVA, 1995, p. 72).

Segundo esta autora no contexto da América Latina o Movimento de Reconceituação colocou uma nova prática profissional como exigência, impondo aos assistentes sociais de romper com o seu pensamento e com sua prática conservadora.

Conforme a autora mencionada, alguns autores analisam o Movimento de Reconceituação em diferentes momentos. De acordo com Carvalho citado por Silva (1995) aponta a,

Reconceituação como um Movimento que expressa modalidades diversas e específicas, cujo ponto de unidade é sua base comum de “denúncia da inadequação e inoperância do Serviço Social Tradicional frente à realidade latino-americana e o reconhecimento da exigência de uma redefinição profissional.(CARVALHO apud SILVA, 1995, p. 77).

A busca por uma prática modernizadora do serviço social fez com que o assistente social deixasse de ser aquele profissional “bonzinho” que ajuda com obras de caridade, e se tornasse um profissional transformador da realidade e comprometido com a classe trabalhadora, não, mais sendo apoiado pela Igreja Católica (SILVA, 1995).

Faleiros (2011, p. 24) acrescenta,

[...] as possibilidades de um serviço social na ótica dialética e na ótica da fenomenologia, abrindo-se ao pluralismo. Todas estas mobilizações influem profundamente na busca de propostas, que, no entanto, ficam aprisionadas pelo desenvolvimentismo, pela perspectiva do ajuste e da adaptação.

Assim sendo, a profissão se desenvolveu como uma profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho. Vale ressaltar que esse reconhecimento foi de suma importância para a profissão e também para as classes subalternas, pois serviu como “alívio” para a classe trabalhadora. A profissão passou a desempenhar uma postura desenvolvimentista de lutas (NETTO, 2011).

Foi nesse processo de ruptura com o conservadorismo que a profissão busca uma nova ação profissional, pautada em um novo projeto profissional para sua intervenção, que demarca o surgimento do projeto ético-político³ do serviço social.

No ano de 1979 destaca-se o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) como marco deste processo de construção do projeto profissional, que ficou conhecido como o Congresso da Virada. Quando a vanguarda da profissão virou sua história no Brasil, ao retirar da mesa de abertura deste Congresso os ditatoriais oficiais (NETTO, 2009).

Nessa etapa os assistentes sociais estavam em um momento de questionamento e discussão para posicionamento de um processo de novas mudanças ético-políticas,

³ É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que está denominado projeto ético-político (NETTO, 2009, p. 142).

vinculando-se ao movimento dos trabalhadores, rompendo com o conservadorismo profissional e indo à busca por um país de livre democratização (NETTO, 2009).

Sendo assim, de acordo com o Código de Ética da profissão (1993, p. 12), um dos princípios fundamentais do assistente social é a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”.

Dessa forma, o reconhecimento da profissão também teve grande importância para as diretrizes curriculares da categoria, sendo outro componente da construção no novo projeto profissional. O surgimento de cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especializações. Assim, a profissão começou a operacionalizar com mais aprofundamento e acúmulo teórico. No entanto, todos esses esforços foram realizados com intuito de que a formação profissional do assistente social tivesse nível de graduação, sendo estas as novas condições postas pelo enfrentamento da questão social e suas múltiplas expressões (NETTO, 2009).

Assim, a profissão se desenvolveu teoricamente apresentando-se como uma profissão reconhecida em seu processo acadêmico e legitimada. Desse modo, a categoria ganhou espaços teóricos e práticos em seu exercício profissional.

Outro componente importante que contribuiu para a construção do projeto ético-político foi, principalmente, o Código de Ética de 1986, reconhecido como fruto de uma conquista, que no qual a profissão rompeu com o tradicionalismo, ganhando um novo perfil profissional, adquirindo caráter de um profissional competente, propositivo e interventivo, deixando para trás aquele profissional dominado e “bonzinho” (IAMAMOTO, 2011a).

Com mais explicação, Iamamoto (2011a, p. 20) aponta que,

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Ser um profissional propositivo, interventivo e investigativo e não só executivo.

Em construção do projeto profissional da profissão, os assistentes sociais compreendiam o compromisso com a classe trabalhadora.

Contudo, as alterações da sociedade que se passava na época, exigiam uma melhor explicitação na normativa ética de 1986 da profissão, pois tinha em seu objetivo certo rigor de um projeto que tinha sido conquistado. Desse modo, a necessidade de

rever o Código de Ética de 1986 se manifestava no âmbito das estruturas profissionais, pois até então o discurso da ética na profissão não era valorizado. Desta forma, só após a revisão do Código de Ética de 1986, concluído em 1993, este discurso ganhou valor e privilégio (BRASIL, 1993).

Perante a esse contexto,

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores fossem retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais [...] (BRASIL, 1993, p. 10-11).

Partindo desses valores, a revisão da profissão fez com que a ética profissional se articulasse em torno da ontologia⁴ do ser social, ou seja, em torno da totalidade do sujeito social. Sobretudo Barroco (2010, p. 20) vem afirmar que a ética “é entendida como modo de ser socialmente determinado e tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social⁵”.

Cabe ressaltar que a ética implica ao projeto profissional da profissão, qual impulsiona para o enfrentamento das demandas e contradições impostas a ela, a partir de uma percepção crítica e teórica do fazer profissional (BARROCO, 2010).

Entretanto, a profissão possui um conjunto de elementos que viabilizam a efetivação do seu projeto ético-político profissional.

O primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos, o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora, o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade e do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas, o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com setores mais progressista da sociedade brasileira. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 190)

Estes mesmos autores apontam que esses elementos objetivam-se, expressam-se na realidade de intervenção do exercício profissional da profissão, estando em conjuntura com a profissão, para que o projeto ético-político se materialize.

⁴Ontologia: 1 Ciência do ser em geral. 2 Filas Parte da metafísica que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais (MICHAELIS, 1998, p. 1496).

⁵ A mesma autora define o ser social como um complexo de categorias como o trabalho, a linguagem etc. As categorias são ontológico-sociais, modo de ser do ser social que não é possível apreender isoladamente, mas apenas no âmbito de uma complexa rede de mediações, postas na totalidade em processo que é o ser social (BARROCO, 2010, p. 20).

No entanto, um dos deveres do assistente social estabelecido no Código de Ética em seu art.3º alínea a é: “desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor” (BRASIL, 1993, p.16).

Vale acrescentar que, a profissão também se localiza no processo da reprodução das relações sociais, este processo fundamenta-se na sociedade capitalista e auxilia o controle social, é entendido como reprodução da própria sociedade em seu movimento gerando assim, as desigualdades sociais. Deste modo, o referido processo é a criação de novas demandas e de relações sociais na sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Vale salientar que as relações sociais estão ligadas a dimensão das necessidades sociais, em meio à correlação de forças que se apresentam a profissão, tanto pelo capital quanto pelos trabalhadores. Perante esta explicação, o trabalho do assistente social se expressa nas relações sociais na sociedade (IAMAMOTO, 2009a).

A profissão do assistente social é regulamentada também pela Lei 8.662, que objetiva controlar os processos e o caráter dos exercícios profissionais do assistente social, por intermédio dos quais se realizam suas intervenções e atividades sociais (SIMÕES, 2010).

Sendo assim, o mesmo autor destaca que, a referida lei constitui a profissão com determinadas exigências, cobrando deveres do assistente social. Mas, ao mesmo tempo em que se exigem deveres, garante a este profissional “competências e atribuições privativas” (SIMÕES, 2010, p. 497).

De acordo com este autor no que diz respeito as competências:

[...] são qualificações profissionais, de âmbito geral, que lhes são reconhecidas por esta lei, para realizar serviços, independentemente de também serem reconhecidas a outros profissionais, nas respectivas leis profissionais, como advogados, sociólogos, historiados, psicólogos e outros. Já as atribuições privativas também são competências, porém exclusivas, decorrentes, especificamente, de sua qualificação profissional. Significa dizer que, no campo dessas atribuições, as respectivas tarefas somente terão validade institucional se realizadas somente por assistentes sociais. (SIMÕES, 2010, p. 505).

Já as atribuições privativas, estão estabelecidas na lei 8.662, que regulamenta a profissão de serviço social, compõem em atribuições privativas:

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de

Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exigem conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993, p. 46-47).

Dessa forma, Iamamoto (2009a, p. 25) vem assinalar que, o exercício da profissão de serviço social “exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição e os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”.

Sendo assim, o agir profissional vai muito mais além de um saber profissional, requer um profissional que ultrapasse suas obrigações rotineiras buscando compreender a totalidade da realidade que é imposta a ele, buscando mudá-la e transformá-la, exigindo desse profissional uma análise crítica da realidade (IAMAMOTO, 2011a).

Para problematizar esse processo de relações sociais na sociedade, vale mencionar que a profissão vive uma polarização em seu exercício profissional, pois, ao mesmo tempo em que ela atende as demandas de exploração e dominação, ela se percebe dentro dela (IAMAMOTO, 2009a).

É nas relações sociais que se manifesta a questão social, além disso, “é na tensão

entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalha os assistentes sociais [...]”, (IAMAMOTO, 2009a, p. 27).

Diante desse contexto, a seguir será descrito o processo de trabalho do assistente social, no processo de reprodução das relações sociais e as demandas a ele impostas, enquanto trabalhador assalariado.

2.1.2 O processo do trabalho do assistente social

Ao abordar processo de trabalho da profissão de serviço social não se pode deixar de expor e explorar a categoria trabalho, antes de analisar o processo do trabalho do assistente social.

Segundo Netto e Braz (2010) é a partir do trabalho que o homem é capaz de sobreviver e manter a vida humana é por ele que o homem transforma e satisfaz suas necessidades enquanto ser humano.

Sobre o trabalho, Lukács (1979), citado por Barroco (2010, p. 21), enfatiza sobre o trabalho na vida dos homens como, “o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”.

Iamamoto (2011, p. 60) ainda ressalta que,

[...] o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza” [...]. Portanto, a categoria trabalho “é um elemento constitutivo do ser social, que o distingue como tal, e dispõe de uma centralidade na vida dos homens.

Portanto, o trabalho é uma atividade específica na vida do homem, pois é a partir do trabalho que o homem controla suas ações com a natureza, para produzir seus valores de uso, para se satisfazer enquanto ser social (NETTO; BRAZ, 2010).

O trabalho é então denominado categoria essencial no mundo em que os homens habitam. Isso ocorre porque o trabalho, ao transformar o homem e a natureza, gera novos conhecimentos e capacidades. Vale salientar que, é por meio do processo de trabalho que o ser social se constitui e se estabelece na natureza, dispondo de sua finalidade eficiente. Por esse motivo, é importante sinalizar que o trabalho não é feito por si só, ele tem uma ação teleológica, que exerce sobre os meios para ser

efetivado (NETTO; BRAZ, 2010).

Para o ser social se constituir da natureza por meio de sua capacidade eficiente e consciente, cabe ressaltar que, há uma categoria teórica que o envolve: a práxis social⁶, sendo essa a relação que o homem constitui com seu trabalho (NETTO; BRAZ, 2010).

Nesse sentido, Barroco (2010) ressaltar-se que a sociedade capitalista é o local onde tudo se converte em mercadoria, com interesses de produzir lucros para os capitalistas. O modo de produção capitalista resulta de um enorme salto no processo histórico, para o ser social se desenvolver.

Vale salientar que os trabalhadores ao produzir riquezas não se apoderam dela, assim sendo estes trabalhadores não se vêem como donos de suas próprias produções, apenas, vendem suas forças de trabalho como mercadorias e a partir disso, o capital detém de todos os lucros produzidos por eles.

Assim sendo,

O capital emprega o trabalho, pois o processo de valorização subsume o processo de trabalho, ou seja, os meios de produção não estão a serviço da atividade criadora do trabalhador, mas este é um meio para conservar o valor e aumentá-lo, sendo o trabalho excedente absorvido pelo capital. (IAMAMOTO, 2011b, p. 67).

Dessa forma, o processo de trabalho do assistente social se constitui como trabalhador assalariado.

Segundo Iamamoto (2011b, p. 215), “Portanto, essas relações interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do mercado de trabalho por tratar-se de uma atividade assalariada de caráter profissional”.

Entretanto, pensar a profissão de serviço social como trabalho, permite dizer que qualquer processo de trabalho de outra determinada profissão implica uma matéria-prima ou objeto sobre qual acontece uma ação do sujeito. Assim sendo, profissão de serviço social é uma profissão liberal tensionada por uma autonomia relativa na condução de seu agir profissional. Todavia, a profissão participa do processo de reprodução das demandas e das relações sociais sendo assim, está também inserida na divisão e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2011b).

⁶ Segundo Netto e Braz (2010, p. 43), a práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas. É a atividade social do ser humano.

Desse modo, qualquer trabalho requer instrumentos ou meios para se materializar como já foi mencionado acima. O trabalho para ser efetivado é preciso estar direcionado para um determinado fim. Esse fim ou essa finalidade é denominado força de trabalho e é essa força de trabalho que faz com que os homens trabalhem. Para isso, é necessário ter elementos que incidem a matéria sobre qual o homem irá trabalhar (IAMAMOTO, 2011a).

Em se tratando de elementos presentes em qualquer processo de trabalho, é importante demarcar o objeto de trabalho ou a matéria-prima profissão. Assim sendo seu objeto ou sua matéria-prima é a questão social em suas múltiplas expressões, é nela que o profissional de serviço social intervém sua ação profissional (IAMAMOTO, 2011a).

Segundo lamamoto (2011a, p, 62),

É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto a criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto de trabalho profissional.

De acordo com esta autora, é nesse âmbito que se realiza o trabalho profissional do assistente social, apreendendo como essas expressões sociais são vivenciadas pelos sujeitos. Desta forma, a questão social serve para refletir os processos de trabalho profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Segundo Netto (1992), citado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1999, p. 164), vem ressaltar que “A questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões. Sem sombra de dúvidas, ela serve para pensar os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais são executores terminais de políticas sociais”.

O mesmo autor destaca que, a questão social sendo a matéria-prima do serviço social, torna-se a matéria de trabalho do assistente social. Isso também é válido para outros tipos e formas de trabalhadores.

Nessas condições, o próprio desenvolver do capitalismo faz com que ela reúna diversas tarefas como um trabalhador assalariado. Esse processo de compra e venda da força de trabalho, faz com que este profissional se insira no processo de mercantilização, isto é, o profissional vende sua força de trabalho em troca de um

salário, como uma mercadoria. Essa venda da força de trabalho tem seu valor de uso e seu valor de troca, essas contradições estão presentes também na força de trabalho do assistente social (FALEIROS, 2011).

Sendo assim, o assistente social como um trabalhador assalariado, possui diversas implicações em sua condição, pois, mesmo sendo um trabalho qualificado, torna-se um trabalho muito complexo, onde este trabalhador terá que cumprir determinadas normas e regras impostas por seu empregador. Neste sentido o profissional de serviço social participa das mesmas condições objetivas e materiais em que se encontra a população com quem trabalha (FALEIROS, 2011).

Partindo dessa reflexão Guerra (2011, p. 155) afirma que,

Ao converter sua força de trabalho em mercadoria, pela via da prestação de serviços, o trabalho concreto, específico, útil, do assistente social, transforma-se em trabalho em geral, torna-se parte do investimento capitalista e adquire a forma-valor.

Desse modo, o trabalho produtivo é aquele que produz riqueza para o capitalista, ou seja, produz a mais-valia para seu empregador, porém, a riqueza que o trabalhador produz não é apropriada por ele, quem se apropria dela é o capital (IAMAMOTO, 2011b).

Contudo, refletir a profissão inserida no processo de trabalho é importante compreender essa totalidade, pois é necessário entender sua práxis social como função do ser social, onde influencia sua prática profissional. É assim, que a profissão participa do modo de produção capitalista, pois está inserida nesse processo de produção e reprodução do capital e, deste modo, o seu processo de trabalho é constituído pelos elementos citados anteriormente: valor-de-uso, valor de troca, objeto ou matéria-prima e instrumentos (IAMAMOTO, 2011a).

Segundo Marx (1998) citado por Granemam (2009, p. 229-230),

Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado.

Portanto, o significado social do trabalho profissional do assistente vai depender das relações sociais que este profissional estabelecer com os sujeitos sociais.

Dessa forma lamamoto (2011a) expõe que o resultado do trabalho do assistente

social tem uma objetividade material e social, pois este profissional trabalha fornecendo algo material aos seus usuários concedendo-lhes algo útil. Mas, também tem efeito na sociedade, expressando seus valores e comportamentos, interferindo na vida dos sujeitos.

[...] a ampliar uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho. [...] permite ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade individual do sujeito, ampliando sua ampliação para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, (dessa prática) e lhe atribuem características particulares. (IAMAMOTO, 2011a, p. 70).

Assim sendo, este debate sobre os processos de trabalho do assistente social gera implicações que ajudam a pensar esse discurso para o seu exercício profissional. Deste modo, a seguir será abordada a institucionalização do serviço social nas empresas capitalistas, públicas e privadas.

2.1.3 A institucionalização da profissão nas empresas

A emergência dessa institucionalização nas empresas capitalistas tem a ver com a eficiência e a eficácia onde se emergiu pelo processo de modernização do grande capital (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Dessa forma, o profissional de serviço social passou a ser chamado pelas empresas para atuar nas demandas e necessidades sociais dos trabalhadores e também, para intervir no modo de conviver entre a empresa e seus empregados, contribuindo assim para o aumento e crescimento da capacidade de produzir dentro das empresas (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Deste modo, foi na década de 1960 que os movimentos operários ganharam expressão e força política, através do crescimento industrial, onde foram sendo criadas condições para que o serviço social se desenvolvesse nas empresas. Vale salientar que, nesse momento histórico, o país apresentava um enorme avanço industrial, articulado ao momento sociopolítico ditatorial que se mostrava na época. Através desse regime ditatorial, resultaram grandes espaços empresariais monopolistas no mercado de trabalho para profissão de serviço social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Segundo Mota (1985 apud AMARAL; CESAR, 2009, p. 413-414):

A presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

De acordo com estes autores é a partir dos anos de 1970 até meados de 1980 que há uma confirmação de profissionais de serviço social nas empresas, pois antes dessa década era considerado apenas embrionário.

Vale lembrar, que foi na década de 1980 que a profissão começou a questionar sua prática conservadora, rompendo o seu tradicionalismo profissional, passando a dar lugar a um pensamento crítico, engajado nas bases teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Neste contexto as empresas capitalistas reúnem em seus setores profissionais de serviço social, tanto as empresas privadas, quanto as públicas (AMARAL;CESAR, 2009).

Deste modo, a profissão foi requisitada por essas empresas para responder aos problemas que envolviam no processo de produção tais como: acidentes, alcoolismo, etc. E também para intervir nos problemas relacionados à vida pessoal dos trabalhadores, como: doenças, problemas familiares e sociais, entre outros. Entretanto, “no espaço empresarial, o Serviço Social foi mobilizado para detectar e atenuar as tensões provenientes da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e do movimento de resistência dos trabalhadores” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1999, p. 170).

Assim, segundo Amaral e Cesar (2009), as empresas capitalistas conseguiam controlar suas capacidades de produzir, participando da reprodução social das classes subalternas. Desta forma, os assistentes sociais, são dominados pelas mesmas condições dos outros trabalhadores, pois também, estão na condição de serem trabalhadores assalariados.

Assim sendo, os assistentes sociais no âmbito desse mesmo processo, podem desenvolver alternativas para darem respostas às necessidades sociais colocadas pelos empregadores, de modo a qualificar suas intervenções profissionais, por meio

dessas necessidades dos trabalhadores, fortalecendo assim, seus projetos (AMARAL; CESAR, 2009).

Sendo assim, o Código de Ética do assistente social vem mostrar que, dentre os princípios fundamentais deste profissional é: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 1993, p. 13).

De acordo com esses mesmos autores, na década de 1980, as empresas capitalistas se depararam com grandes manifestações realizadas por parte dos trabalhadores, onde reivindicavam melhores condições e relações de trabalho. Assim, construíram confrontos com os capitalistas.

Dessa forma,

Ao mesmo tempo, as direções empresariais se modernizavam e eram impelidas a buscar maiores índices de desempenho de produtividade para participar do processo de integração à dinâmica econômica mundial, e cujas exigências se voltavam à implementação de mudanças tecnológicas e organizacionais inspiradas nas experiências das economias japonesa e americana. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 414).

Assim sendo, no final da década de 1980, grande parte dos setores industriais já havia realizado reformas e ajustes, por parte do capitalismo mundial, onde os empresariados precisaram se submeter às novas formas de organizações e de relações de trabalho. Assim, o setor de recursos humanos onde estavam localizados os profissionais de serviço social teve que desenvolver intervenções decisivas dentro desse processo. Sendo os assistentes sociais tensionados e subordinados, a fazerem uma intervenção crítica às demandas que eram colocadas pelos trabalhadores e pelos empregadores (AMARAL; CESAR, 2009).

Na tensão deste processo social, os assistentes sociais tinham que “compreender a realidade, propor alternativas e negociar, junto às direções empresariais, o atendimento de necessidades fundamentais à reprodução da força de trabalho”. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 415).

Os mesmos autores apontam ainda que, a partir nos anos de 1990 até meados de 2000, ocorreram mudanças do mundo do trabalho e no processo de produção de mercadoria. É a partir deste período que os espaços empresariais passam a sofrer profundas transformações e, assim o número de trabalhadores passa a ser reduzidos. Com estas mudanças que ocorreu nos espaços empresariais, o mundo

do trabalho também sofreu com estes impactos, havendo a desregulamentação do mercado, gerando assim, fragilidade, trabalhos terceirizados, contratos temporários, etc. Afetando diretamente o trabalho do assistente social, já que este é um trabalhador sujeito as adversidades produzidas pelo capital.

Diante da contextualização da trajetória profissional do serviço social, desde seu surgimento até seu Movimento de Reconceituação, como também seu projeto ético político profissional e o processo de trabalho do assistente social, como também a institucionalização nas empresas, foi visualizado o cenário contemporâneo da categoria em sua atuação em empresas privadas.

Perante tal contextualização, cabe agora explicar sobre a categoria de pessoas com deficiência, já que este trabalho visa conhecer a prática desenvolvida pelo assistente social no atendimento e na viabilização do benefício de passe livre à população com deficiência na instituição Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), empresa onde o profissional de serviço social exerce sua função.

2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS CONQUISTAS

2.2.1 Pessoa com deficiência

Nesta seção serão feitas considerações sobre as pessoas com deficiência, seus direitos e as legislações que as amparas. Serão apresentados os tipos e a classificações das deficiências encontradas em nossa sociedade. Será contemplada também, a política social e a proteção social das pessoas com deficiência, bem como surgiu à institucionalização do benefício de passe livre para estas pessoas. “Durante séculos, as pessoas com deficiência eram tratadas como aleijadinhos ou inválidos, porque eram considerados inúteis” (SIMÕES, 2010, p. 353).

Pessoa com deficiência é definida como,

Aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, 2006, p. 9).

Conforme Simões (2010) as pessoas com deficiências eram tratadas diante da sociedade com preconceito, descaso e até mesmo eram chamadas de inúteis e

incapazes, e até hoje essas pessoas sofrem certos tipos de preconceitos em seu ambiente de convívio.

No ano de 1960 até meados da década de 1980, eram chamadas “pessoas defeituosas” ou “excepcionais”, ou simplesmente “pessoas deficientes” posteriormente, na década de 1988 até meados de 1993, denominaram-se pessoas “portadoras de deficiência”. Hoje, vem sendo denominados pessoas com deficiência. Esse mesmo autor enfatiza que, no Brasil foram criadas instituições de atendimento a estas pessoas, desde o ano de 1857 (SIMÕES, 2010).

Para Gugel (2006) essas instituições foram criadas pela preocupação do Estado em amparar essa população, dando-lhes assistência e proteção social. Isso só foi possível através das exigências e pressão dos movimentos sociais.

O ano de 1981 foi anunciado pela “Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência sob o lema Participação e Igualdade Plenas⁷, seguido da Década da Pessoa Deficiente (1982/1992)”, que foi colocada em debate a situação das pessoas com deficiência em todo o mundo e, principalmente, nos países em desenvolvimento, onde a pobreza e a exclusão social se expandiam e agravavam cada vez mais as necessidades dessas pessoas (SIMÕES, 2010, p. 354).

Contudo, nestas declarações que foi realizada pela ONU ressalta que os direitos das pessoas com deficiência sejam semelhantes aos de todos os cidadãos, e principalmente, o direito de igualdade e a melhoria das condições de vida, e que elas não aceitem qualquer discriminação em suas condições (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, o conceito de inclusão social visa garantir a promoção social e combater diferenciação. Sendo assim, esta é definida como:

Toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (SIMÕES, 2010, p. 354).

Partindo desse conceito, é importante ressaltar que o exercício do serviço social

⁷ Em 1982, sua Assembléia Geral aprovou o Programa de Ação Mundial - PMA, por meio da Resolução nº. 37/52, para a década de 1983 a 1992. A Resolução nº.45/1991 da ONU, aprovada em 14/12/1990, propôs uma mudança de foco no programa das Nações Unidas sobre deficiência, passando da conscientização para a ação, com o propósito de se atingir, com êxito, uma sociedade para todos, por volta de 2010. (SIMÕES, 2010, p. 354).

parte do princípio fundamental, que vem a ser também, “sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (BRASIL, 1993, p. 13).

Desta forma, vale salientar que o presente conceito, visa inserir e integrar todas as pessoas com deficiência no meio em que vive, atendendo suas mais variadas necessidades sociais. Assim sendo, a inclusão social destas pessoas, não só contribui para a inclusão na sociedade, mas também, inclui o respeito e sua dignidade (BRASIL, 2006).

Deste modo, Ribas (2003, p. 23), vêm mencionar que,

A verdade é que esta tal sociedade é assim, discriminadora e excludente, ela é assim porque os homens que nela habitam construíram historicamente e reproduzem divisões estruturais entre classes, divisões estas permeadas por conflitos inconciliáveis, com desdobramentos múltiplos, que determinam todas as exclusões e discriminações efetuadas.

Partindo dessa concepção, torna-se necessário destacar que a população com deficiência tem acesso aos mesmos direitos sociais que outras pessoas, tais como: o direito à saúde, à educação, o esporte, etc. (BRASIL, 2012c).

Vale ressaltar que, essa população tem se evoluído e está conquistando espaços e seus direitos dentro da sociedade.

Diante desses argumentos, vale salientar que no ano de 1989, as pessoas com deficiências foram apoiadas pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que passou a apoiá-las quanto à sua integração social e seus interesses coletivos (BRASIL, 2012b).

Conforme a Lei nº 7.853 da Legislação Federal da Pessoa com Deficiência no art. 12 em seu inciso II, compete a CORDE:

II – elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo (BRASIL, 2012b, p. 181).

A referida Lei estabelece ainda, tratamentos e medidas nas áreas da saúde, recursos humanos, educação, entre outros.

Diante da explanação a cerca da pessoa com deficiência, será trabalhado no próximo item a classificação e os tipos das deficiências.

2.2.2 Classificação e tipos das deficiências

Muitas das deficiências que encontramos ou percebemos, são causadas por acidentes, doenças ou complicações durante a realização do parto. Desta forma, é importante destacar alguns tipos de deficiências e algumas classificações delas que estão destacadas na Lei Complementar Estadual 213 de 2001.

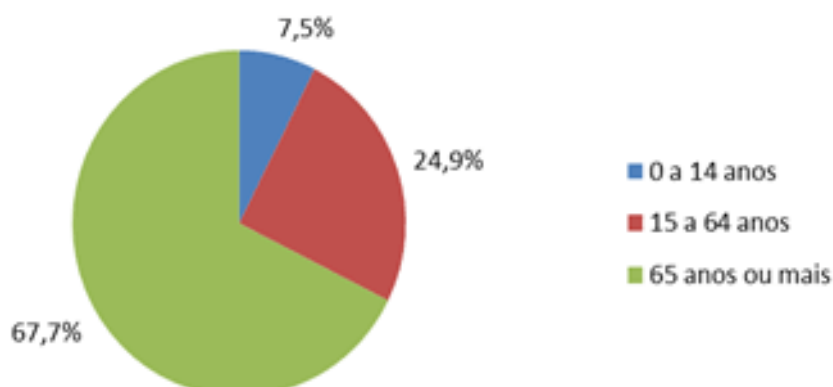
Quadro 1- Classificação e Tipos de Deficiências

TIPOS DE DEFICIÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO
Deficiência Física	Caracteriza-se como alteração completa ou parcial que acarreta comprometimento na função física, como por exemplo: amputação de algum membro, ou a falta de algum dele, deformidades, entre outras.
Deficiência Visual	Caracteriza-se em cegueira total, em ambos os olhos, necessitando de métodos de leitura e escrita
Deficiência Renal Crônica	Caracteriza-se na perda do funcionamento total dos rins, necessitando de tratamento de hemodiálise para seu equilíbrio e sua manutenção
Deficiência Auditiva	Caracteriza-se em perda parcial ou total em ambos ouvidos, variando a audição sonora de graus e níveis.
Deficiência Mental ou Intelectual	Caracterizam-se ao funcionamento intelectual inferior as limitações, como por exemplo: comunicação, lazer e trabalho.
Deficiência Múltipla	Caracteriza-se a constituição de duas ou mais deficiências descritas acima.

Fonte: Adaptado de Lei Complementar Estadual 213 de 2001.

Diante de tal classificação, é importante destacar o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, onde ressalta que no Brasil existem milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Desta forma, o gráfico a seguir demonstra com mais clareza a porcentagem de pessoas com deficiência no Brasil, de acordo com cada faixa etária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Gráfico 1 – Proporção de pessoas com pelo menos uma das deficiências citadas acima segundo os grupos de idade – Brasil - 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Perante essas informações, a seguir serão destacados os direitos das pessoas com deficiência e suas legislações.

2.2.3 Breve histórico e sua trajetória

Antes, porém de começar a entender os direitos e as legislações das pessoas com deficiência, é necessário entender como surgiram os direitos sociais e quando começaram a serem defendidos para, depois, analisar os direitos da pessoa com deficiência.

Foi a partir dos séculos XVII e XVIII, que os direitos sociais começaram a ser defendidos. Aquele momento, as classes dominantes lutavam contra o poder dos reis e do Estado absolutista. Assim, tentavam restringir o domínio do rei e do Estado, através dos direitos civis (COUTO, 2010).

De acordo com esta autora, para entender as conquistas dos direitos, é necessário compreender sua trajetória cronológica. Assim, “os direitos civis foram conquistas efetivadas no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais são conquistas realizadas no século XX” (COUTO, 2010, p. 33).

Dessa forma, os direitos sociais estão ligados na sociedade como uma questão de cidadania, sendo esta considerada como:

[...] capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinada. (COUTINHO, 2000 apud COUTO, 2010, p. 34).

A mesma autora complementa que os direitos sociais são cumpridos pelos homens através do Estado. É dentro desse Estado que os indivíduos exercem e buscam os

direitos sociais, no qual, se constituem, como um desafio a ser alcançado e superado, onde se busca o enfrentamento das mais variadas desigualdades sociais (COUTO, 2010).

Dessa forma, os direitos da seguridade social se constituem no âmbito dos direitos sociais, assim, estando inscritos em nossa Constituição Federal, em seu art. 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988 apud SIMÕES, 2010, p. 69).

Segundo este autor, os governantes devem criar programas e projetos que visam gerar fonte de renda e trabalho, para garantir a proteção das famílias da população com deficiência. Assim sendo, os direitos sociais resulta em um longo processo de lutas da humanidade e estão inseridos no âmbito da garantia e dos direitos fundamentais⁸ (SIMÕES, 2010).

Partindo desse contexto, a forma de compreender e entender os direitos são classificá-los por gerações. Desse modo, Couto (2010) classifica a concepção e as principais características que constituem os direitos sociais da seguinte forma:

Quadro 2 – Geração dos Direitos Sociais

Classificação	Natureza	Fundamento	Relação/Estado	Titularidade
1º geração: direitos civis e políticos.	Individual	Liberdade	Cunho negativo-resistência ou oposição	o indivíduo
2º geração: direitos sociais	Individual/coletivo	Igualdade	Cunho positivo- direitos por intermédio do Estado	o indivíduo
3º geração: direito ao desenvolvimento da paz, do meio ambiente e da autodeterminação dos povos.	Coletivos/difusos	Solidariedade	Contra a ingerência do Estado e particulares	famílias, povo, nação coletividades regionais ou étnicas, humanidade.

Fonte: Couto (2010, p. 36).

Simões (2010, p.76) contrapõe que, essa geração de direitos seria mais “apropriada, como esse processo consiste na progressiva acumulação de valores que em seu conjunto, se constituem e se complementam em seu significado jurídico”.

⁸ São direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente. Os direitos do homem arracariam da própria natureza humana e daí seu caráter inviolável, intemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta. (SIMÕES, 2010, p. 77).

No entanto, Couto (2010, p. 37) salienta duas declarações importantes que têm grande relevância para o processo histórico da humanidade e dos direitos sociais. Sendo elas: “a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Assim sendo, estas declarações foram constituídas através dos movimentos sociais. Entretanto, outro marco importante que constitui grande relevância para o cenário dos direitos, são seus próprios portadores, como: crianças, mulheres, índios, etc. Estas pessoas foram incluídas na sociedade como portadoras de tais direitos na sociedade e em momentos diferentes (COUTO, 2010)

A referida autora destaca que, foi a partir da consolidação do capitalismo que foram criadas condições para a identificação de lutas das classes dominadas, inclusive grandes reivindicações para terem acesso aos direitos.

Direitos estes que vão expandindo na medida em que determinada fatia da sociedade tem força e legitimidade para acessar a eles, pois ‘são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas’. (BOBBIO, 1992 apud COUTO, 2010, p. 37).

De acordo com a mesma autora, foi a partir do século XVIII, que os homens começaram a batalhar sobre o que consistem os direitos. Assim, entender esse processo que articula esses direitos é essencial para pensar alternativas de enfrentamento das necessidades sociais. Isto demonstra que a criação desses direitos vem de um longo processo, e que esse processo possui participação de diferentes indivíduos sociais.

Sendo assim, a referida autora ressalta que “os direitos sociais são fundamentados pela idéia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista”, deste modo, a concretização desses direitos depende da atuação do Estado, para que estes possam ser garantidos pelos sujeitos sociais, pois estes direitos são baseados a partir das condições sociais e econômicas desses indivíduos (COUTO, 2010, p. 48).

Assim sendo, serão complementados adiante os direitos e as legislações das pessoas com deficiência.

2.2.4 Direitos da pessoa com deficiência e suas legislações

Como foi exposta acima a trajetória dos direitos sociais, nesse momento, serão abordadas as principais legislações e os direitos das pessoas com deficiência.

No Brasil, a aprovação dos direitos e legislações da pessoa com deficiência se dá a partir da Constituição Federal de 1988, que foi um marco para a concretização dos direitos sociais e contribuiu também, para a consolidação das políticas para as pessoas com deficiência. Assim, ampliou a proteção social da população deficiente no país (SIMÕES, 2010).

A inclusão das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, se deu a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, garantiu o direito ao trabalho para as pessoas com deficiência. “A Convenção nº. 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tratou da Reabilitação Profissional e Emprego da Pessoa Portadora de Deficiência” (SIMÕES, 2010, p. 362)

O surgimento da Lei Federal nº. 8213, de 24/07/1991, impôs às empresas privadas e estatais a reserva de empregos, proporcional ao número de empregados. O mesmo autor sinaliza ainda que o Código Civil, no âmbito da Lei do Divórcio em seu artigo 16, concedeu aos pais a guarda dos filhos, quando forem inválidos, não só dos filhos menores, mais também dos filhos maiores (SIMÕES, 2010).

O autor ainda destaca que, a Resolução de nº. 3871/2012 da Associação Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) garantiu para a população com deficiência, condições para terem acessos ao transporte interestadual e internacional. Dentro dos municípios foram criadas grupos de pessoas para as referidas legislações serem executadas.

No Estado de São Paulo, a Comissão dos Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, da OAB-SP, obteve do Tribunal de Justiça o cumprimento da Resolução nº.02 do Superior Tribunal de Justiça, para que tivessem prioridade no trâmite dos processos na Justiça paulista (Provimento nº.1.015-TJ) (SIMÕES, 2010, p. 363).

De acordo com o referido autor, foi estabelecida também para a população com deficiência a Política Nacional para a Pessoa com Deficiência por meio do Decreto nº. 3298/1999.

Quanto ao acesso ao transporte coletivo municipal, vale destacar aqui, a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 224, determina que uma Lei Complementar deva disponibilizar acesso para as pessoas com deficiência, em

edifícios e transportes coletivos. Sendo assim, esta população tem direito também a gratuidade no transporte urbano interestadual e coletivo (SIMÕES, 2010).

Dentre tantas leis, percebe-se que essas legislações sobre os direitos das pessoas com deficiência, são construídas de forma que atendam às necessidades sociais destas pessoas em diferentes fatores. Por esse motivo, são criadas políticas sociais, com o intuito de atender também as necessidades e especificidades de todos os indivíduos (SIMÕES, 2010).

Diante dessa argumentação, percebe-se que é de extrema importância expor aqui uma breve exposição do surgimento e a origem da política social.

Segundo Behring e Boschetti (2011), as políticas sociais se fundamentam nas relações de exploração do capital e trabalho, dessa forma, nascem com o objetivo de responder às questões e às necessidades sociais.

Assim sendo, as políticas sociais tem sua origem no final do século XIX, relacionadas aos movimentos de confluência do capitalismo com a classe trabalhadora proveniente da luta dessas duas categorias antagônicas e legislação de proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

De acordo com as autoras, antes do século XIX as primeiras medidas da política social eram relacionadas à caridade privada, possuíam ações filantrópicas e com características assistenciais.

Assim sendo, as referidas autoras destacam que essas medidas de proteção tinham como função manter a ordem social e também, aplicar punição na vagabundagem. Desta forma, essas medidas eram legislações sociais e punitivas, pois prestavam ações assistenciais e induziam os homens a se manterem por meio de seu trabalho. Desse modo, essas ações associavam-se ao trabalho forçado e não ao trabalho digno.

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres 'merecedores' (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres 'não merecedores' (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa). (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 49).

Dessa forma, as condições de trabalho dos trabalhadores eram precárias no período antes da Revolução Industrial.

De tal modo, foi a partir dessa revolução que esses trabalhadores começaram a pressionar o Estado, por melhores condições de vida e trabalho. Os trabalhadores então começaram a se mobilizar, através de movimentos, reivindicações, greve geral, etc.

No ano de 1795 foi criada, a Lei de Speenhamland, que era diferente das legislações anteriores, pois tinha um caráter “mais protetor” aos trabalhadores, era menos repressiva e estabelecia assistência social à classe dominada (empregados e desempregados), onde os direitos dos trabalhadores eram assegurados em lei (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Vale salientar ainda que no ano de 1834, foi criada a Nova Lei dos Pobres, que era totalmente contrária da Lei de Speenhamland, pois tinha o caráter de liberar a mão de obra de mercado, estabeleceu assistência aos pobres inválidos e assegurou o trabalho como a única fonte de renda para os trabalhadores, garantindo-lhes salário livre (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Assim sendo, as autoras salientam que, com essas duas principais legislações destacadas acima, uma repressiva e outra dando “liberdade” aos pobres, vale ressaltar que, tudo isso acontecia no contexto da Revolução Industrial, provocando uma correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas.

Diante dessa situação, provocava na sociedade a questão social e suas variáveis expressões. Marx (1987) citado por Behring e Boschetti (2011, p. 51), ressalta-se que “foram às lutas pela jornada normal de trabalho, que provocaram o surgimento de novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado”. Originando assim, a política social em seus diversos segmentos entre eles a política social para as pessoas com deficiência que será contemplada no item a seguir.

2.2.5 Política social para a pessoa com deficiência

Como foram expostas no item acima, as políticas sociais tiveram sua origem a partir dos grandes movimentos de massa e criadas a partir dos conflitos entre o capital e o trabalho sendo originada no desenvolvimento da Revolução Industrial.

As políticas sociais para as pessoas com deficiências surgem na década de 70 e tem sua efetivação em meados da década de 90. Sendo de responsabilidade

exclusiva do Estado (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL, 1999).

De acordo com esses autores, as maiores redes para atender as pessoas com deficiência estão relacionadas nas “esferas públicas, filantrópicas e privada, existem poucas empresas privadas de prestação de serviços na área, as quais atuam principalmente na saúde e na reabilitação” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL, 1999, p. 217).

Assim sendo, a Lei sob o nº. 7.853/89 e o Decreto nº. 194/93 definem como responsabilidades do Poder Público: “saúde, educação, formação profissional e do trabalho, recursos humanos, edificações, encarregando-se o Ministério Público de sua defesa” (ROY, 2000, p. 218).

De acordo com esta autora as legislações para as pessoas com deficiência são muito amplas, no entanto, muitas vezes faltam suas divulgações e suas efetivações para as políticas serem implantadas. Desta forma, essas diretrizes são precisas, para que chegue até às pessoas com deficiência e suas famílias, a partir de programas, projetos e serviços.

Roy (2000) ainda complementa que diversos fatores determinam a efetividade das políticas sociais para as pessoas com deficiência, pois muitas ainda não acreditam em sua força e sua capacidade de se desenvolver, e algumas delas se sentem incapacitadas por causa da discriminação presente ainda na sociedade.

Entretanto, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, foi instaurada em 5 de junho de 2002. Assim, esta mesma política vem definir os seus propósitos, como:

- Proteger a saúde da pessoa com deficiência;
 - Reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social;
 - Prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.
- (BRASIL, 2006, p. 23).

Suas diretrizes ainda definem:

- A promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- A atenção integral a saúde da pessoa portadora de deficiência;
- A prevenção de deficiências;
- Ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação;

- Organização e funcionamento dos serviços de atenção à pessoa com deficiência.
- A capacitação de recursos humanos. (BRASIL, 2006, p. 25).

Assim sendo, esta atenção às pessoas com deficiências, envolve esforços e responsabilidades das entidades públicas e privadas.

Dessa forma o Estatuto da pessoa com deficiência vem dizer em seu artigo 1º que:

Art. 1º. Fica instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com, base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU e seu Protocolo Facultativo, ratificados na forma do § 3º, artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, destinado a estabelecer as diretrizes e normas gerais, bem como os critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania plena e efetiva. ([BRASIL], 2013, p. 2)

Diante dessas afirmativas, vale destacar alguns direitos principais do Estatuto para as pessoas com deficiência.

É importante destacar primeiro o direito à vida, “que garante o nascimento, o desenvolvimento e o envelhecimento em condições dignas de existência”, para as pessoas com deficiência. Este direito deve ser garantido através de políticas e cabe ao governo assegurar tal direito a essa população ([BRASIL, 2013, p. 6]).

Vale enfatizar e expor aqui o direito ao transporte e da acessibilidade para a população com deficiência. Sendo assim, a acessibilidade é um direito essencial em todos os aspectos de vida dessa população, tais como: o acesso ao transporte, ao meio físico e social, etc. Desta forma, estas pessoas conseguirão participar e viver de forma plena e digna e de forma independente no âmbito da sociedade ([BRASIL, 2013]).

Art. 62. O direito ao transporte da pessoa com deficiência será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas por meio da identificação e eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, considera-se como integrantes desses serviços os veículos, terminais, estações, pontos de parada, vias principais, acessos e operação.

§ 2º Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições desta Lei, sempre que houver interação com a matéria nela regulamentada, a outorga, a concessão, a permissão, a autorização, a renovação ou a habilitação de linhas e serviços de transporte coletivo.

§ 3º As empresas de transporte coletivo de passageiros somente poderão afixar o "Símbolo Internacional de Acesso" no sistema de transporte após a certificação da acessibilidade pelas instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos.

Art. 63. Os serviços de transporte coletivo terrestre são:

I - transporte rodoviário, classificado em urbano, metropolitano, intermunicipal e interestadual;

II - transporte metro ferroviário, classificado em urbano e metropolitano; e
III - transporte ferroviário, classificado em intermunicipal e interestadual.

Art. 64. Fica assegurada, pelo menos, a reserva de 2% (dois por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados de uso coletivo para os veículos conduzidos por pessoa com deficiência física e visual, devidamente identificado, posicionadas de forma a garantir-lhe facilidade de acesso.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também ao veículo que transporta pessoa com deficiência física e visual, desde que devidamente identificado.

Art. 65. Os veículos de transporte coletivo, em operação no país, devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas.

§ 1º Os veículos de que trata o caput devem dispor de sistema sonoro e visual indicando o destino final e a próxima parada.

§ 2º Os veículos de transporte coletivo, bem como as paradas, portos, terminais e estações, devem dispor de sistema acessível de comunicação indicativo de todos os pontos do itinerário.

§ 3º Os serviços de transporte coletivo de que trata esse artigo, devem possibilitar o embarque e desembarque em nível em, pelo menos, um dos acessos do veículo.

Art. 66. O Poder Público incentivará a fabricação de veículos acessíveis e a sua utilização como táxis de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas ([BRASIL, 2013, p.15 e 16]).

Diante de tais direitos para as pessoas com deficiência, nota-se que essa população está aos poucos garantindo seus direitos dentro da sociedade, de forma que seus direitos sociais estão sendo efetivados cada vez mais.

Sendo assim, a população com deficiência são indivíduos de direitos como qualquer outra pessoa, e tem o direito de viverem com dignidade plena dentro de nossa sociedade, pois, são pessoas dignas de total respeito, pois antes de serem pessoas com deficiência são pessoas, com os mesmos desejos, sentimentos e sonhos como qualquer outra, e, além disso, são cidadãos de direitos (BRASIL, 2012a).

Deste modo, a seguir será contemplado o passe livre no transporte intermunicipal da Grande Vitória para as pessoas com deficiência e demais pessoas que tem a gratuidade dentro desses transportes.

2.3 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O PASSE LIVRE NOS TRANSPORTES COLETIVOS DA GRANDE VITÓRIA E NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Nesta seção será realizada uma contextualização sobre o benefício de passe livre intermunicipal nos transportes coletivos da Grande Vitória. Será apresentado um histórico sobre as gratuidades, nos transportes coletivos no Estado do Espírito Santo a todas as pessoas que tem isenção de pagamento. Será abordada, em especial a gratuidade das pessoas com deficiência, apresentando de forma sucinta como se garantiu o benefício de passe livre e quais os critérios para sua concessão. Será

apresentada também a empresa que viabiliza este benefício para a população com deficiência, a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória - CETURB-GV.

Ao longo dos anos, várias classes foram contempladas com a concessão do passe livre nos transportes coletivos urbanos do Estado do Espírito Santo. Estas classes, beneficiadas com tal direito, estão divididas em duas categorias. A primeira é composta pelos policiais militares e civis, guardas do sistema penitenciários, Oficiais de Justiça e fiscais. A segunda compreende as pessoas dos mais variados tipos de deficiência e também as pessoas idosas. Contudo, estas duas categorias serão abordadas do decorrer desta seção (DALVI, 2009).

Diante dessa informação no ano de 1956, o Governador do Estado do Espírito Santo o Srº Jones dos Santos Neves, decretou a Lei Estadual de nº 719, que em seu artigo 65, garantia passe livre a polícia militar e civil dentro do Estado no transporte coletivo. Sendo assim, esses trabalhadores puderam usufruir a gratuidade a qualquer hora do dia, estando ou não exercendo sua função, além da isenção de passagem nos coletivos, estes profissionais também tinham acesso livre qualquer espaço público (ESPÍRITO SANTO, 1953).

Assim sendo, a partir de 1962 a Lei Federal nº 4.097, estendeu o direito da gratuidade nos transportes coletivos do Espírito Santo, aos oficiais de justiça e demais cargos e funções da Justiça do Trabalho. Desta forma, no ano de 1965 o passe livre foi assegurado aos comissários em todo território do Estado do Espírito Santo pela Lei nº 2.121 (ESPÍRITO SANTO, 1962).

Deste modo, o artigo 13 da referida Lei, estabelece o seguinte:

Art. 13 - Os Oficiais de Justiça, Comissários efetivos de menores e contínuos, em todas as Comarcas do Estado, fica assegurado passe livre nos veículos de transporte coletivo urbanos e inter-urbanos, de proprietários (pessoa física ou jurídica), concessionários ou permissionário de serviços de transporte, os quais ficam obrigados a fornecer os respectivos passes, mediante requisição do Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá delegar essa competência ao Corregedor ou aos Juizes de Direito(ESPÍRITO SANTO, 1965).

Diante desse contexto, em 1970 a Lei Estadual de nº 2.517, em seu artigo 29, estabeleceu a concessão do passe livre no sistema de transportes coletivos aos guardas do sistema penitenciário e aos vigilantes do referido órgão no Estado (ESPÍRITO SANTO, 1970).

A partir de 1980, o Governador do Estado, Srº Eurico Vieira de Rezende, sancionou a Lei nº 3.431 decretada pela Assembléia Legislativa, concedendo passe livre nos transportes coletivos aos ex-combatentes, além de assegurar a gratuidade em casas de diversões, em assistência jurídica e preferência em programas habitacionais. A mencionada Lei ressalta em seu parágrafo único o seguinte:

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, considera-se ex-combatente aquele que haja participado efetivamente de operações bélicas da FEB, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou da Força do Exército, durante a II Grande Guerra Mundial ou tenha servido, convocado, e participado de patrulhas em nossas fronteiras (ESPÍRITO SANTO, 1980).

Neste cenário, no ano de 1983 o referido Governador sancionou também, a Lei nº 3.531, decretando que: “Art. 1º - As empresas de transporte coletivo, sediadas no Espírito Santo, deverão fornecer passe livre às pessoas deficientes sem recursos”. Assim, também essas pessoas foram beneficiadas com a gratuidade dentro dos transportes coletivos da Grande Vitória (ESPÍRITO SANTO, 1983, 08).

Desta forma, as empresas de transportes foram obrigadas a exigir declaração médica e atestado de pobreza para a concessão de tal benefício. Neste período o benefício de “passe livre era destinado somente às pessoas com deficiência visual, física, mental e auditiva”. Além dessas exigências, as pessoas com deficiência auditiva deveriam apresentar declaração de estudante emitida pela escola que freqüentavam (ESPÍRITO SANTO, 1983, p. 05).

Deste modo, a CETURB-GV, foi designada pelo então Governador do Estado do Espírito Santo Eurico Rezende, a fornecer passe livre às pessoas com deficiência. Nesse período, para a concessão do benefício, a empresa tinha que exigir declaração médica e atestado de pobreza (ESPÍRITO SANTO, 1987).

O referido Governador decretou então que o cadastramento desses beneficiários ficaria de inteira responsabilidade desta empresa, que deveria emitir uma carteira especial identificando o beneficiário. A Lei ainda estabeleceu que o controle de transporte das pessoas contempladas fosse rigorosamente exercido pela CETURB-GV (ESPÍRITO SANTO, 1984).

Desde então o cadastramento das pessoas com deficiência passou a ser realizado pela referida empresa a partir de 1984. Desta forma, os beneficiários passaram a receber uma carteira especial de fácil identificação (passe livre), que deveria ser apresentada nos coletivos da Região Metropolitana da Grande Vitória. Os

beneficiários embarcavam pela porta dianteira e apresentavam sua carteira especial ao motorista (ESPÍRITO SANTO, 1984).

O referido cadastramento trata-se de uma atividade realizada pela CETURB-GV. Desta maneira, são cadastradas as pessoas com deficiência conforme critérios estabelecidos na legislação em vigor. São ainda cadastrados tanto usuários com direito ao passe livre quanto usuários que utilizam cadeira de rodas em seus deslocamentos e em veículos adaptados (COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA, 2008).

É importante destacar que, neste cenário, a população com deficiência também ganhou reserva preferencial de bancos dentro dos coletivos. O Governador do Estado, na ocasião o Srº Gerson Camata sob a Lei nº 3.628, decretou aos órgãos competentes a concessão de reserva de bancos não só para os deficientes físicos, mas também para as pessoas idosas e gestantes em adiantado estado de gravidez (ESPÍRITO SANTO, 1984).

Desta forma, a partir de 1987, sob o governo do Srº Governo de Max Freitas Mauro, a gratuidade nos coletivos passa obedecer a Lei nº 4.039, que foi alterada através do inciso III de seu parágrafo 2º. Na referida lei, foram beneficiadas com o benefício do passe livre as “pessoas com deficiência que comprovassem renda igual ou inferior a três salários mínimos” (ESPÍRITO SANTO, 1987, p. 14).

É importante destacar que, nesse período, as pessoas com deficiência não mais precisariam apresentar atestado de pobreza, mas sim, um comprovante de renda dentro dos critérios exigidos na referida Lei.

Neste mesmo ano o mencionado Governador concedeu também passe livre no transporte coletivo intermunicipal da Grande Vitória às pessoas idosas, com idade superior a 65 anos, através da Lei nº 3.934. Deste modo, a CETURB-GV passou a cadastrar as pessoas idosas mediante a documentação necessária exigida pela empresa (ESPÍRITO SANTO, 1987a)

Ainda no ano de 1987, as empresas de transportes foram obrigadas a conceder isenção de meia-tarifa aos estudantes matriculados em escolas públicas ou privados, através da Lei nº 3.939, ficando este cadastro e a venda de tal tarifa a cargo da referida empresa (ESPÍRITO SANTO, 1987b).

Ressalte-se que no ano de 1988, o Governador do Estado, sancionou a Lei nº 4.173, decretada pela Assembléia Legislativa, obrigando as empresas de transportes a fornecerem gratuidade aos seus funcionários tais como: fiscais, cobradores e motoristas. Do mesmo modo, a CETURB-GV cadastraria estes empregados.

Nesse contexto, percebe-se que no ano de 1989 as pessoas com deficiência não eram vistas somente com um peso, mas como pessoas dignas de direitos.

Neste mesmo ano, as empresas de transportes foram obrigadas também a concederem gratuidade aos acompanhantes ou responsáveis das pessoas com deficiência mental, pela Lei nº 4.249. Assim sendo, os responsáveis ganharam isenção de passagem ao acompanharem estas pessoas às clínicas para tratamentos ou às escolas. Nesse momento, observa-se que pessoas sem deficiência tinham a percepção do que era um deficiente visual, físico, mental e auditivo. Assim sendo, a população com deficiência foi garantindo e conquistando seus direitos na sociedade (ESPÍRITO SANTO, 1989).

É importante complementar que, no ano de 1994 as pessoas com deficiência foram beneficiadas também com o passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual, tendo livre acesso ao transporte de um Estado para outro, desde que comprovassem serem pessoas carentes. A referida garantia ocorreu pela Lei Federal nº. 8.899, emitida pelo Congresso Nacional pela Lei Federal. Desta forma, o artigo 1º do referido Marco Legal destaca que: “É concedido passe livre às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual” (BRASIL, 1994, p. 846).

Perante esse contexto, em 1995, o Diário Oficial do Espírito Santo publicou alterações introduzidas nas Leis nº 3.971 e nº 4.039, passando então a ser vigorar a Lei nº 5.030. A partir desta publicação, foram incluídas e concederem o benefício de passe livre também as pessoas com deficiência renal crônica em tratamento dialítico em clínicas especializadas em tratamentos renais (ESPÍRITO SANTO, 1995).

A inclusão das pessoas com deficiência renal crônica na Lei vigente, foi mais uma conquista obtida necessitando estas apenas comprovarem a deficiência por meio de atestado fornecido pela Secretaria de Estado da Saúde sendo o benefício de passe livre renovado anualmente (ESPÍRITO SANTO, 1995).

Ressalta-se que no período de 1996, a população com deficiência ganhou apoio do então Governador do Estado do Espírito Santo, Srº Vitor Buaiz, que sancionou a Lei de nº. 5.228. Estabelecendo a Política Estadual, a fim de garantir proteção social para as pessoas com deficiência. Desta maneira, a nomeada política garantia a estas pessoas, apoio quanto aos seus direitos individuais e sociais, assegurando-lhes a dignidade plena no âmbito da sociedade (ESPÍRITO SANTO, 1996).

Deste modo, no artigo 2º da Lei nº 5.228 destacam, em seus incisos, os objetivos que a Política Estadual de Apoio a População com Deficiência buscou alcançar, entre os quais estão:

- I – a redução do Índice de deficiência, por meio de medidas preventivas;
- II – a promoção, a proteção e a recuperação da saúde da pessoa portadora de deficiência;
- III – a formação educacional e profissional da pessoa portadora de deficiência;
- IV – a integração social e participação ativa da pessoa portadora de deficiência na comunidade;
- V – a integração da pessoa portadora de deficiência ao mercado de trabalho;
- VI – a promoção da autonomia e do bem-estar da pessoa portadora de deficiência;
- VII – a conscientização da sociedade sobre os direitos, as necessidades e capacidade da pessoa portadora de deficiência. (ESPÍRITO SANTO, 1996, p. 01).

Diante de tais objetivos percebe-se que as pessoas com deficiência, no decorrer dos anos, aos poucos foram conquistando seus direitos. No ano de 1999, a Política Nacional para a Integração da população com deficiência já fazia valer tais objetivos (BRASIL, 1999).

No proceder dos anos, mas precisamente em 2001, no Governo do Srº José Ignácio Ferreira, o benefício de passe livre para as pessoas com deficiência passou a ser regulamentado no transporte coletivo intermunicipal da Grande Vitória, pela Lei Complementar nº 213. A partir deste ano, a referida Lei passou a incluir pessoas ostomizadas, com doença mental, deficiência múltipla e obesidade mórbida, além das deficiências física, mental, auditiva, visual e renal já contempladas nas leis anteriores (VITÓRIA, 2001).

Assim sendo, o artigo 1º da mencionada Lei estabelece que: “Art.1º - É assegurada a gratuidade no Transporte coletivo intermunicipal da Região Metropolitana da Grande Vitória às pessoas portadoras de deficiência, habitadas na forma desta Lei” (VITÓRIA, 2001, p. 01).

Como já foi citado anteriormente, a Lei Complementar nº 213 estabeleceu ainda que, as pessoas com doença e deficiência mental, tem direito a acompanhantes, com a gratuidade extensiva a eles. Os outros beneficiários também tem direito à gratuidade do acompanhante, desde que comprovem a necessidade do mesmo mediante laudo médico da rede pública de saúde (VITÓRIA, 2001).

Desta forma, a CETURB-GV até hoje, tem a responsabilidade de conceder passe livre às pessoas com deficiência tendo como base a Lei Complementar nº 213/2001. É importante ressaltar que o benefício de passe livre, infelizmente, não é destinado a todas as pessoas com deficiência. Somente tem direito aquelas pessoas que estão inseridas em critérios socioeconômicos que a Legislação estabelece (COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA, 2008).

Diante do presente contexto, vale destacar o artigo 7º e seus incisos I e II da referida Lei, que estabelece as exigências que os beneficiários devem atender para a concessão do benefício:

I – comprovar pelo menos uma das deficiências descritas no Art. 3º da presente Lei, apresentando laudo em formulário padronizado pela Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV, emitido por médico que fará avaliação, com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias;

II – Comprovar renda familiar nos seguintes valores:

- a. Valor igual ou inferior a 01(um) Piso Nacional de Salário, no caso do beneficiário residir sozinho;
- b. Valor igual ou inferior a 03 (três) Pisos Nacional de Salário, no caso de família composta por até 04 (quatro) membros;
- c. Valor igual ou inferior a 06 (seis) Pisos Nacional de Salário, no caso de família composta por mais de 04 (quatro) membros (VITÓRIA, 2001, p. 2);

Ressalta-se que o fato das pessoas com deficiência terem direito ao benefício de passe livre, desde que diante dos critérios da presente Legislação, já demonstra avanços e conquistas do referido segmento, contribuindo para sua inclusão social, pois a concessão desse benefício permite a garantia de direitos e dignidade desta população. Além disso, permite também o acesso ao lazer e à melhor qualidade de vida dessa população (VITÓRIA, 2001).

Diante desse contexto, o quadro abaixo relaciona as Leis supracitadas, destacando com mais detalhe o passe livre para as pessoas com deficiência, a fim de garantir mais compreensão e entendimento diante do contexto do passe livre no transporte coletivo para a mencionada população.

Quadro 3 – Leis e seus referidos anos.

ANO	Marco Legal	Conteúdo
1983	Lei nº 3.531	Criação do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência.
1984	Lei nº 3.531	A Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória foi designada a fornecer e cadastrar os usuários do passe livre.
1984	Lei nº 3.628	As pessoas com deficiência, idosas e gestantes em adiantado estado de gravidez, ganham reservas de bancos dentro dos transportes coletivos.
1987	Lei nº 3.971	A Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória -CETURB-GV cadastrara as pessoas que requererem o passe livre nos transportes.
	Lei nº 4.039	Foram beneficiadas as pessoas com deficiência que comprovassem renda igual ou inferior a três salários mínimos, sem precisarem de atestado de pobreza.
1989	Lei nº 4.249	É concedido passe livre aos responsáveis e acompanhantes das pessoas com deficiência mental.
1994	Lei nº 8.899	A população com deficiência é contemplada com o passe livre interestadual.
1995	Lei nº 5.030	A Lei 3.971 e a Lei 4.039 foram alteradas pela Lei 5.030, passando a incluir os deficientes renais crônicos com o benefício de passe livre.
1996	Lei nº 5.228	As pessoas com deficiência ganham apoio e proteção do Estado através da Política Estadual.
2001	Lei nº 213	Passa a incluir pessoas ostomizadas, com doença mental, deficiência múltipla e obesidade mórbida, além das deficiências mentais, renais, físicas, visuais e auditivas, Regulamenta o passe livre intermunicipal na Grande Vitória.

Fonte: Adaptado de Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória.

Diante do exposto, foi observado como se deu a garantia do benefício de passe livre no transporte intermunicipal nos coletivos da Grande Vitória para as pessoas que tem direito à gratuidade, destacando o passe livre para as pessoas com deficiência, visando a alcançar o objetivo deste estudo. Desta forma, a seguir será trabalhada a metodologia desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

O presente estudo se apropriou da abordagem qualitativa, tendo como objetivo geral analisar a prática do assistente social na empresa que gerencia o transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória CETURB-GV, a partir da sua intervenção na viabilização do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência. Assim, a abordagem qualitativa possibilitou responder o objetivo deste estudo.

Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regra precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador (GOLDENBERG, 2004, p. 53).

Esse interesse foi motivado a partir de vivências no campo de estágio no âmbito dessa instituição, por ser um novo campo de intervenção do serviço social e também, por quase não ter estudos que aprofundem sobre essa temática.

A CETURB-GV é uma empresa pública, que controla e gerencia o sistema de transporte da Grande Vitória. Sendo assim, a presente empresa foi o campo escolhido para realizar este estudo.

Para analisar a intervenção do profissional de serviço social foi utilizada a pesquisa de caráter exploratório que segundo Gil (2010, p.27),

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Segundo o referido autor, este estudo visa a mudança de conceitos e o esclarecimento de idéias que podem ser estudadas para outros casos. Assim sendo, a opção pela pesquisa exploratória permitirá também, familiarizar-se com o entrevistado, de modo que a pesquisa possa ser esclarecida e compreendida para que seus resultados sejam alcançados (GIL, 2010).

Desta forma, o motivo da abordagem qualitativa é de extrema importância, pois, permite o contato do pesquisador com o sujeito. Sendo assim, por se tratar de uma pesquisa exploratória e de método qualitativo houve abordagem direta ao sujeito. No caso, o sujeito dessa pesquisa foi o assistente social que desenvolve sua prática profissional na CETURB-GV (MARTINELLI, 1999).

Como instrumento e técnica para coleta de dados foi utilizada a entrevista com perguntas abertas com o profissional de serviço social, a fim de compreender sua prática profissional. “Trata-se de, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 81).

Os referidos autores ainda enfatizam que,

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.80).

Deste modo, a forma de tratamentos dos dados e as unidades analisadas referem-se ao histórico do serviço social e do benefício de passe livre, ações desenvolvidas pelo serviço social e as políticas mais utilizadas na instituição, os limites e desafios que este profissional encontra em seu exercício profissional.

De acordo com Marsiglia (2009),

Para pesquisas que usam entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida, depoimentos, artigos, documentos, filmes, cartazes, desenhos etc. Estes tipos de instrumentos de pesquisa permitem revelar sentimentos, valores ou concepções mais profundas dos entrevistados do que os questionários e formulários, que no geral, obtêm informações mais superficiais, opiniões mais estereotipadas e racionalizadas (MARSIGLIA, 2009, p. 394-395).

Assim sendo, foi realizado também um levantamento histórico do benefício do passe livre para as pessoas com deficiência, com a finalidade de aprofundar seu contexto histórico para conhecimento de sua existência. Desta forma, para tal levantamento, foi realizada leituras e estudos das leis publicadas e encontradas no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

Para analisar os dados que este estudo obteve foram realizados levantamentos e materiais teóricos de diferentes autores tais como: Yamamoto, Netto, Guerra, Severino, com a finalidade de aprofundar e alcançar o resultado desejado da presente pesquisa.

Assim sendo, os dados analisados se apresentaram em forma das seguintes categorias: análise da prática do assistente social; das ações realizadas pelo serviço social na CETURB-GV; dos limites e desafios observados pelo serviço social; diversas interfaces de políticas sociais e a avaliação do serviço social frente à concessão do benefício passe livre.

Como procedimentos éticos este estudo garantiu o sigilo do profissional, sem mostrar a identificação deste sujeito. Para tanto, foi solicitado ao entrevistado a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA (CETURB-GV) – CAMPO DE PESQUISA

Diante do objetivo deste estudo, de analisar a prática do assistente social na viabilização do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência, na instituição Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória- CETURB-GV. Ressalta-se que objetivo do mencionado estudo foi alcançado. Para tanto, vale apresentar de forma sucinta as características do local onde foi realizada a pesquisa.

Como já foi mencionada neste estudo, a presente empresa foi designada pelo Governador do Espírito Santo o Srº Eurico Rezende no ano de 1984, a conceder passe livre às pessoas com deficiência. Foi criada com a função de regulamentar o sistema de transporte e controlar os terminais na Grande Vitória. Assim sendo, a empresa é pública e vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (SETOP), sendo localizada na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 1590, Bairro Vermelho, no Edifício Petrovix em Vitória Espírito Santo.

Desta forma, a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), atende toda a região metropolitana da Grande Vitória e sua missão é antes de tudo “gerenciar o transporte coletivo de pessoas buscando uma mobilidade eficaz” (COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA, 2001, 01).

Ao longo de sua existência, a empresa desenvolve diversos projetos de caráter social. O Programa Sinergia engloba todos os projetos que são desenvolvidos na gerencia de atendimento ao usuário, visando à melhoria da flexibilidade urbana na Grande Vitória. Assim sendo, a área de abrangência do serviço e público atendido, constituem de pessoas com deficiência, pessoas idosas, entidades comunitárias organizadas e demais pessoas que necessitam de outros serviços dentro da empresa (COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA, 2008).

Desta maneira no ano de 1996, a empresa supracitada assinou um protocolo entre as associações das pessoas com deficiência, a partir deste protocolo a empresa assumiu os compromissos de:

- Desenvolver os projetos técnicos necessários à implantação dos serviços e estudos técnicos e econômicos pertinentes;
- Buscar parcerias com outras organizações e entidades públicas e privadas, visando viabilizar a implantação e a operação do serviço;
- Programar operações e níveis de serviços (itinerários, horários, equipamentos etc.), discutindo com os representantes dos usuários, dentro dos limites dos estudos e projetos aprovados pelas entidades acordantes;
- Promover acompanhamento, controle e programações que se mostrassem necessários durante a fase de operação final (COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA, 2008, p. 04).

A partir destes compromissos, a empresa tem a função de assegurar o serviço de transporte coletivo a todos os cidadãos que utiliza o transporte para qualquer atividade em seu dia a dia. Deste modo, a CETURB-GV é responsável por todas as atividades e funções que compete o sistema de transportes coletivos do município de vitória, além de fiscalizar e programar todo o sistema operacional de transportes (COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA, 2008).

Diante de tais características, vale analisar a prática do assistente social nesta instituição, a partir da viabilização do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência. Descrevendo sua intervenção profissional, a partir das ações realizadas, os limites e desafios, as políticas mais utilizadas e o serviço social frente a concessão do benefício de passe livre.

4.2 ANÁLISE DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

Ao analisar a prática do assistente social no setor de passe livre para a pessoa com deficiência, percebe-se que este profissional está em constante transformação e construção de respostas às várias necessidades sociais que são colocadas a frente de sua realidade de intervenção (IAMAMOTO, 2011a).

É importante complementar o que lamamoto (2011a, p. 58) destaca,

[...] analisar a profissão supõe abordar, simultaneamente, os modos de atuar e de pensar que foram seus agentes incorporados, atribuindo visibilidade às bases teóricas assumidas pelo Serviço Social na leitura da sociedade e na construção de respostas à questão social.

Neste contexto, torna-se importante lembrar o amadurecimento da prática profissional do serviço social na década de 1960, que marca o questionamento de sua prática conservadora, passando a repensar sua prática, renovar sua teoria e avançar sua visão crítica (NETTO, 1999).

Assim sendo, analisar a prática do profissional de serviço social é pensá-la também em seu compromisso de consolidação com projeto ético-político da categoria profissional, estabelecido na Lei que regulamenta a profissão, e não somente refleti-la em sua intervenção (IAMAMOTO, 2009b).

Diante da riqueza da entrevista, observa-se que o profissional de serviço social utiliza a avaliação dos critérios estabelecidos na Lei Complementar 213/2001, Lei que regulamenta o passe livre nos transportes coletivos da Região Metropolitana da Grande Vitória. Percebe-se que seus instrumentos e meios são utilizados por essa avaliação e pelo trabalho junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONDEF) e junto às entidades que trabalham com esse público. Assim sendo, observa-se que essas são atribuições do assistente social para a afirmação de tais direitos.

Diante dessa afirmação, é importante destacar o Código de Ética que estabelece os princípios fundamentais para o exercício profissional do assistente social, principalmente quanto “o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. Desta forma, este princípio é essencial para o trabalho profissional do assistente social, pois está articulado à luta cotidiana deste profissional (BRASIL, 1993, p. 23).

De acordo com a fala do entrevistado visualiza-se que as atribuições do profissional estão relacionadas cotidianamente com o princípio supracitado. Podendo ser visualizado no relato do profissional:

O setor de passe livre que é o setor onde eu atuo, está voltado na área de concessão desse benefício, que é avaliação dos critérios, e de intervenção junto ao público a pessoa com deficiência, e desta forma, nós temos também atuação junto aos Conselho Estadual de pessoa com deficiência, junto as instituições que atendem pessoas com deficiência e aos programas que atendem o serviço especial mão na roda. Então tem essa amplitude aí, de atuação mais, sempre direcionada a pessoa com deficiência (ENTREVISTADO).

Nela observa-se a busca cotidiana do profissional pela garantia dos direitos dos beneficiários por meio da utilização de instrumentos e meios de trabalho. Entre esses meios, está a articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cumprindo o que o Código de Ética da categoria prevê para a atuação do profissional.

Do mesmo modo, Netto (2009, p. 155) assinala que o projeto ético-político da profissão: “trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento”. Esse desdobramento pode ser observado nas ações realizadas pelo profissional de serviço social.

4.3 DAS AÇÕES REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL NA CETURB

As ações do serviço social são relacionadas às pessoas com deficiência, de caráter educativo e participação popular. As ações educativas se constituem em atividades voltadas para orientações, informações, palestras, reuniões com a rede de serviço, encaminhamentos etc.

Assim sendo, os seguintes programas constituem ações desenvolvidas pelo serviço social: Conhecer com Mão na Roda, Projeto Facilitar e Por Dentro do Passe Livre. Sendo assim, estas ações são apresentadas de acordo com a fala do profissional entrevistado.

Programa Conhecer com Mão na Roda:

[...] É um programa de inserção social, é a questão do transporte exclusivo das pessoas cadeirantes, é um programa de ações que o cadeirante, não fique somente no âmbito saúde ou trabalho. Mas que ele tenha também acesso ao lazer, a questões culturais, atividades em outras áreas. E assim outras secretarias acabam desenvolvendo junto com a gente nesse sentido [...] (ENTREVISTADO).

Programa Facilitar:

[...] nós temos a formação da rede de serviço, com o serviço social das instituições que atendem à, m.,, pessoa com deficiência como: APAES, PESTALOZZI, Clínica Renais, Instituto Vida e Saúde que atende os egressos do hospital estadual central, é hospital estadual de atenção clínica. Temos também, as instituições parceiras que desenvolvem esse trabalho junto com a gente que foram as que eu citei. Então, são feitas reuniões trimestrais com esse grupo, discutindo a questão do passe livre e algumas dificuldades em relação ao transporte e pessoa com deficiência [...] (ENTREVISTADO)

Programa Por Dentro do Passe Livre:

[...] Este programa foi criado no sentido de evitar tanto o uso indevido do benefício quanto que o usuário também saiba agir em caso de perda, furto desse benefício, e também tirar dúvidas acerca da utilização do serviço. Desta forma, são realizadas reuniões de orientações para os beneficiários do passe livre [...] (ENTREVISTADO)

A participação popular está intrínseca à informação viabilizada à população usuária sobre os conselhos de direitos, como também a participação destes na vida comunitária na busca por respostas às demandas sociais existentes.

[...] então as demandas vêm das comunidades e desses conselhos, perpassam dentro da CETURB-GV, pra que a gente consiga dar o encaminhamento. É mais rápido nesse sentido e ouvir também parte da população que é diretamente atendida [...] (ENTREVISTADO).

Desta forma, percebe-se que o serviço social se faz presente em todas as ações voltadas para a população usuária.

Sendo assim, o serviço social precisa ir além de suas rotinas cotidianas é preciso avançar os seus conceitos, e buscar cada vez mais romper com suas rotinas institucionais (IAMAMOTO, 2011a).

Portanto, para o desenvolvimento dessas ações que buscam uma melhor qualidade de vida para a população com deficiência, é necessário que o assistente social tenha competência para defender o seu processo de trabalho. “É necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (IAMAMOTO, 2011a, p.20).

4.4 DOS LIMITES E DESAFIOS OBSERVADOS PELO SERVIÇO SOCIAL

Diante de tais ações voltadas para a população usuária da intervenção do assistente social, observa-se que os desafios, os limites e as dificuldades são diariamente colocadas no processo de trabalho deste profissional.

Deste modo, percebe-se que o maior desafio para este profissional é a Lei que regulamenta o passe livre nos transportes coletivos da Região Metropolitana da Grande Vitória. Segundo este profissional a referida Lei não ampara o papel do assistente social, pois se percebe em seu relato:

“[...] é uma Lei antiga, que esta pra ser atualizada. E precisa está inserida a atuação desse profissional [...]” (ENTREVISTADO).

Desta forma, é indispensável concordar com o que lamamoto (2011a, p. 20) enfatiza que, “um dos maiores desafios que o Serviço Social vive no presente é desenvolver capacidade de decifrar a realidade [...]”.

Outro desafio imposto à prática desse profissional é a questão da relação da equipe interdisciplinar, por ser tratar de profissionais de diferentes áreas de formação acadêmica. O serviço social é recente na instituição, mas existem outros profissionais que estão trabalhando e atuam há mais de quinze anos no setor de passe livre.

[...] então a concessão era feita de uma forma, e quando o serviço social chegou, nós mudamos. Não que a gente fira a legislação vigente, mas, nós conseguimos avançar e ampliar muito, aquilo que está exposto na Lei. Conseguimos identificar situações que estava na Lei que não estavam sendo cumprida. Então hoje o serviço social presente trouxe avanços e mudanças em prol dos usuários (ENTREVISTADO)

Sendo assim, torna-se importante ressaltar a interdisciplinaridade das equipes de trabalho, pois diante da fala do profissional percebe-se que é um processo complexo e uma luta diária do assistente social. Isto torna um processo e uma tarefa difícil de ser buscada, pois, requer uma relação de construção da prática interdisciplinar (SEVERINO, 2002).

Assim sendo, o conceito de interdisciplinaridade é,

[...] sem dúvida uma tarefa inacabada: até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser essa “vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido ou essa complementaridade entre várias disciplinas”. [...] Ela é antes algo pressentido, desejado e buscado, mas ainda não atingido. [...] , representa um esforço significativo rumo à constituição do interdisciplinar (SEVERINO, 2002, p. 11).

Deste modo, o assistente social tem que se fazer de sua capacidade de pensar e atuar coletivamente em sua prática, possuindo habilidades para poder agir em seu processo de trabalho e nas relações sociais postas em sua intervenção (IAMAMOTO, 2011a).

Observa-se que na época da implantação do benefício de passe livre não havia a participação do profissional de serviço social na equipe de trabalho na CETURB-GV. Sendo assim, a partir da atuação deste profissional ocorreram alterações na forma de atendimento e prestação do serviço.

Deste modo, percebe-se a presença da autonomia relativa do assistente social, já que este conseguiu realizar mudanças, mesmo diante das limitações impostas pela Lei Complementar 213/2001.

Mediante as dificuldades de aplicação efetiva da Lei e pela ausência de percepção de garantia de direitos por parte dos profissionais de outras formações, percebe-se que o profissional de serviço social sempre visa à questão da efetivação dos direitos

de seus usuários. Assim, o serviço social estabelece propostas em seu campo de trabalho preservando a efetivação de tais direitos, procurando romper com as práticas fatalistas em seu cotidiano (IAMAMOTO, 2011a).

Deste modo, em relação à equipe interdisciplinar, observa-se que, muitas vezes, perpassa numa questão de mediação do serviço social. A instituição tem profissionais de áreas técnicas diferentes, trabalha com o serviço social e com um médico perito (área de medicina). Deste modo, para a concessão do benefício de passe livre, é preciso avaliá-lo de duas formas:

- o deferimento, quanto à deficiência – precisa ser comprovada na perícia médica e através de laudos dos médicos que acompanham o requerente.
- e ser deferido também quanto à renda familiar – precisa ser comprovada a condição socioeconômica, através de comprovante de renda (ENTREVISTADO).

Desta forma, a Lei em vigor estabelece esses dois parâmetros para a concessão do benefício: a existência da deficiência e a comprovação de renda, se um desses itens deixa de ser atendido, o benefício de passe livre é indeferido não podendo ser concedido.

[...] então a visão do médico, muitas das vezes, ela não está tão próxima a visão do serviço social. Por que, a gente analisa a questão muito mais a fundo da questão socioeconômica do usuário. Então muitas vezes há uma relação de conflito, mas muitas vezes uma relação positiva, em prol do atendimento ao usuário (ENTREVISTADO).

Com essas limitações impostas ao assistente social, à profissão torna-se mais exigente, determinando cada vez mais, um profissional compromissado e qualificado frente às demandas que lhes são direcionadas. Um profissional propositivo, capaz de interpretar a totalidade da realidade e avançar nas respostas de demandas colocadas à frente de sua prática profissional (IAMAMOTO, 2011a).

Retoma-se assim o que a referida autora salienta e que já foi trabalhado neste estudo, no que diz respeito a autonomia relativa, a profissão é tensionada por uma autonomia relativa na condução de seu agir profissional.

4.5 DIVERSAS INTERFACES DE POLÍTICAS SOCIAIS

Além de atuar interdisciplinarmente, o serviço social atua também com as diversas interfaces de políticas sociais, conforme abaixo:

- Saúde;

- Educação;
- Assistência.

Nesse sentido, é importante ressaltar o que Iamamoto (2011, p. 20) diz: “O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais”.

De acordo com o entrevistado, o profissional de serviço social busca sempre inserir o usuário neste contexto que o cerca, sempre o amparando e o encaminhando às políticas supracitadas. Assim sendo, é nesse contexto das políticas sociais, sendo elas públicas ou privadas, que se dá a atuação do assistente social, pois são elas que configuram a intervenção profissional (GUERRA, 2011).

No que se refere à Lei Complementar 213/2001, que regulamenta o passe livre no transporte intermunicipal da Região Metropolitana da Grande Vitória, observa-se que há muito que se discutir e avançar. Percebe-se também que é uma luta diária desse profissional, principalmente quanto a quebrar paradigmas e ações que muitas vezes vão contra a efetivação de direitos dos usuários.

Portanto, a proposta que este profissional faz é, antes de tudo, avançar e ampliar as demandas sociais que estão postas na instituição, sempre buscando emancipar e efetivar os direitos das pessoas com deficiência.

Dessa maneira, é notório destacar o que Netto (2011) diz que só será possível romper com as práticas conservadoras da profissão, a partir de um profissional capaz de superar os desafios, os limites e as dificuldades presentes em sua prática profissional.

Logo, o profissional de serviço social contribui para a construção e a garantia de direitos sociais dos cidadãos, ampliando a cidadania de seus usuários, por meio da capacidade crítica e da visão de totalidade do sujeito. Verifica-se que essa capacidade crítica é fruto de uma profissão pautada em um projeto de transformação da sociedade, o projeto ético-político profissional (IAMAMOTO, 2011a).

Desta forma, a capacidade e a visão crítica do assistente social advêm de uma profissão que tem apropriação em um referencial teórico, ético e político, assim sendo, este profissional é capaz de superar suas dificuldades e ter possibilidades de

projetar e realizar um trabalho que rompa com as práticas conservadoras (IAMAMOTO, 2011a).

Sendo assim, há necessidade de avaliar o serviço social em sua atuação frente à viabilização do benefício de passe livre.

4.6 A AVALIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PASSE LIVRE

Em relação ao benefício de passe livre para as pessoas com deficiência, percebe-se que desde sua criação, este benefício contribui para a promoção da justiça e inclusão social da população com deficiência dentro da sociedade.

Assim sendo, a garantia da justiça social na política de inclusão da acessibilidade, é estabelecida na “Lei Federal nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que fixa normas gerais para a promoção de inclusão social e da acessibilidade” das pessoas com deficiência (BRASIL, 2012a, p. 204).

Para tanto, de acordo com o artigo 2º, no inciso I da referida Lei, a acessibilidade é definida como:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2012a, p. 204).

Vale recordar o direito à acessibilidade para a população com deficiência. A acessibilidade é um direito essencial em todos os aspectos de vida dessa população, tais como, o acesso ao transporte, ao meio físico e social, etc. Desta forma, essas pessoas conseguiram participar e viver de forma plena e independente no âmbito da sociedade, como já foi mencionado na segunda seção deste estudo ([BRASIL, 2013]).

Deste modo, o assistente social busca a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, cumprindo assim o que é amparado em seu Código de Ética profissional, sendo obrigação do assistente social “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais, através dos programas e políticas sociais”. Isto permite ao profissional de serviço social a garantia do acesso das pessoas com deficiência ao benefício e ao direito a eles garantido em Lei (BRASIL, 1993, p. 21).

Portanto, o assistente social empenha-se na construção e na ampliação da plena cidadania de seus usuários, os encaminhado para o acesso as políticas e programas sociais, trabalhando assim, em prol da garantia e da consolidação de seus direitos sociais (NETTO, 2009).

Neste sentido, percebe-se que o assistente social vai além das aparências dos fatos, é um profissional que tem compromisso com o projeto ético-político da profissão. Observa-se também, que este profissional tem compromisso com a emancipação política, defendendo os direitos e se posicionando a favor do direito e da justiça social de seus usuários. Desta forma, “[...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (NETTO, 2009, p. 155).

A partir disto foram observados os resultados que este estudo obteve para que o seu objetivo fosse alcançado. Sendo assim, a seguir serão apresentadas as considerações finais que o presente estudo evidenciou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão Curso buscou analisar a prática do assistente social na viabilização do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência, analisando a intervenção deste profissional na instituição Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), empresa que fornece o referido benefício às pessoas amparadas pela Lei Complementar 213/2001, que regulamenta o passe livre intermunicipal na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Deste modo, para alcançar seus objetivos este estudo apresentou, em seu referencial teórico, uma contextualização sobre o serviço social, resgatando todo processo de consolidação e legitimação da profissão. Em seguida apresentou um histórico sobre pessoas com deficiência, seus direitos e suas conquistas. Abordou também, uma contextualização sobre o benefício de passe livre para tal segmento. Para obter os resultados e as discussões do mencionado TCC foi analisada a prática do assistente social a partir dos dados coletados durante a entrevista com o este profissional.

Ao analisar a prática do profissional de serviço social na CETURB-GV, percebeu-se que o entrevistado articula seu trabalho com as necessidades de seus usuários. Observa-se também que este profissional tem um olhar crítico frente à realidade de sua intervenção e contribui para a construção e efetivação dos direitos dos usuários. Importante destacar que esse olhar crítico é fruto de uma profissão legitimada em um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Esse fato reflete que o profissional de serviço social realiza seu trabalho se apropriando dessas dimensões, rompendo com as práticas conservadoras e avançando em suas possibilidades de atuação. Sendo assim, é notório destacar que para o assistente social romper com as práticas conservadoras, é necessário superar os limites e os desafios postos em seu cotidiano.

Logo, para que haja transformação social, é preciso que a equipe interdisciplinar tenha uma mesma direção, um mesmo foco, e é neste sentido que a união entre profissionais de outras áreas que defendem os mesmos direitos e objetivos dentro da instituição é fundamental.

A profissão de serviço social é uma profissão voltada para a efetivação dos direitos sociais e, antes de tudo, está em conformidade com o projeto ético-político da categoria, que visa a transformação social. Para tanto, o profissional de serviço social deve valorizar os projetos e os programas sociais voltados à população com deficiência.

Percebe-se que a população usuária da intervenção do assistente social é composta por pessoas dos mais variados tipos de deficiências, relacionadas na Lei Complementar 213/2001, e que o profissional atua na busca da efetivação e da garantia de direitos para estas pessoas, contribuindo para o acesso às políticas sociais que as cercam.

Outra importante constatação diz respeito ao desempenho profissional em consonância com os princípios éticos contemplados no código de ética do assistente social.

No que se refere ao benefício de passe livre para as pessoas com deficiência, este estudo concluiu que, para esta população ser beneficiada é necessário obedecer aos critérios estabelecidos na referida Lei Complementar. No entanto, vale salientar, que não são todas as pessoas que possuem deficiência que tem direito ao passe livre, somente tem direito aquelas pessoas cuja renda e deficiência estejam mencionadas na Lei.

Assim sendo, ainda que estes critérios estejam estabelecidos em Lei, tal fato constitui um desafio para o profissional de serviço social, pois é uma Lei que precisa ser atualizada para que as demais pessoas com deficiência tenham direito ao benefício, uma vez que ele não só contribui para tratamentos médicos, mas também, para a promoção de inclusão social das pessoas com deficiência.

Para que a inclusão social e a qualidade de vida da população com deficiência se transformem realmente em fato, é necessário que o Estado amplie suas políticas públicas para que estas pessoas possam estar socialmente incluídas na sociedade. É necessário que os governantes tomem medidas efetivas para assegurar os direitos de tais pessoas, para que esta população não seja discriminada em suas condições físicas e sociais.

Vale destacar que, uma vez a Lei Complementar 213/2001, que regulamenta o passe livre no transporte intermunicipal da Região Metropolitana da Grande Vitória,

seja verificada e atualizada em seus critérios, permitindo assim, maior abrangência desta população quanto aos tipos de deficiência, pois, quanto maior abrangência, maior será a promoção de inclusão social para o referido segmento.

Para a realização do histórico do benefício de passe livre, foram encontradas diversas dificuldades em relação à Legislação e aos registros do contexto deste benefício, pois quase não existem estudos e pesquisas que aprofundem sobre o tema.

Diante do exposto, o mencionado Trabalho de Conclusão de Curso aponta para a necessidade de continuação da pesquisa através da contribuição do assistente social para a ampliação dos direitos de cidadania para a população com deficiência e, principalmente, sobre o benefício de passe livre.

O presente TCC permitiu à pesquisadora ampliar seus conhecimentos e desempenhar capacidades necessárias para o seu futuro e para sua formação profissional bem como uma importante contribuição sobre um tema novo e pouco explorado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana e Monica Cesar. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, v. 1, 2009. p.411-427.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 57-72.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. In: _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Pessoa com deficiência: Legislação Federal**. Brasília: SDH-PR/SNDP, 2012a, p. 203-207.

BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. In: _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Pessoa com deficiência: Legislação Federal**. Brasília: SDH-PR/SNDP, 2012b, p. 178-182.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. In: _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Pessoa com deficiência: Legislação Federal**. Brasília: SDH-PR/SNDP, 2012c, p. 19-144.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, lei nº 273/93 de 13 de março de 1993 com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e 293/94.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de Legislação em Saúde da pessoa com deficiência**. 2. Ed, rev. Atual. Brasília, 2006, p. 7-53.

BRASIL. **Lei nº. 8.899**. Lei Federal, Brasília 29 de junho de 1994.

BRASIL. Decreto nº. 3. 298. **Diário Oficial**. Brasília, 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Lei nº. 4.097**. CETURB-GV, 19 de julho de 1962. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34516>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

[BRASIL]. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. [Brasília: s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.prt21.mpt.gov.br/fproinclusao/estatutoPessoaComDeficiencia.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA. **Uma viagem no tempo**. Vitória: Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória, 2001. Disponível em: <<http://www.ceturb.es.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Programa Mão na Roda: Termo de Referencia para Prestação de Serviço de Atendimento Diferenciado de Transporte Coletivo Urbano para Pessoas com Deficiência Usuárias de Cadeiras de Rodas**, Vitória, 2008, p. 3-10.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Capacitação em serviço social e política social**, módulo 3. Brasília: Unb, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 19-247.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 33-69.

DALVI, Guerino. **Reflexões no banco de ônibus.** [Vera Caser (Org.)]. Ed. Do autor, Vitória, 2009, p. 103 -120.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 719.** CETURB-GV. 07 de março de 1953. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34128>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 2.121.** CETURB-GV, 28 de julho de 1965. Disponível em:< <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34129>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 2.517.** CETURB-GV, 10 de julho de 1970. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34130>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 3.934.** CETURB-GV, 15 de maio de 1987a. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34135>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 3939.** CETURB-GV, 18 de julho de 1987b. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34136>. Acesso em 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 4.173.** CETURB-GV, 03 de novembro de 1988. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34141>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº. 3.341.** CETURB-GV, 18 de janeiro de 1980. Disponível em: <http://admin.es.gov.br/scripts/adm005_3.asp?cdpublicacao=34131>. Acesso em: 02 de maio de 2014.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 3.531. **Diário Oficial**, Brasília, 06 de janeiro de 1983.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 3. 628. **Diário Oficial**, Brasília, 30 de dezembro de 1984.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 3. 971. **Diário Oficial**, Brasília, 24 de novembro de 1987

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 4. 039. **Diário Oficial**, Brasília, 23 de dezembro de 1987.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 4.249. **Diário Oficial**, Brasília, 13 de julho de 1989.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 5. 030. **Diário Oficial**, Brasília, 28 de março de 1995.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 5. 228. **Diário Oficial**, Brasília, 31 de maio de 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 15-25, 29-42.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 1-30.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8º ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 11-78.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais, v. 1, 2009. p.223-238.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 101-177.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. UCG. Ed. Goiânia, 2006, p. 25-53.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2011a, p. 17-241.

_____. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38 ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 133-157, 175-178.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6. Ed. São Paulo. Cortez, 2011b, p. 47-100

_____. **O serviço social na cena contemporânea**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais, v. 1, 2009a. p. 125-141.

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTTA, Ana Elizabete et al. (orgs). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4º Ed. São Paulo: Cortez; Brasília; DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009b, p. 161-196.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo Demográfico de 2010. 2014. Disponível em: <<http://vamoscontar.ibge.gov.br/atividades/ensino-fundamental-6-ao-9/2897-dia-internacional-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 24 de maio de 2014.

MARCONI, Maria de Andrade, Eva Maria Lakatos. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7º Ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011, p. 70-84.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Pesquisa e Sistematização do Trabalho Profissional. In: MOTTA, Ana Elizabete et al. (orgs). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4º Ed. São Paulo: Cortez; Brasília; DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 383-399.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. Série Núcleo de Pesquisa, p. 7-19

_____. **Serviço Social**: identidade e alienação. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 1997. Pg. 93-121.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19-69, 86-91.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 177-309.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTTA, Ana Elizabete et al. (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4º Ed. São Paulo: Cortez; Brasília; DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 141-160.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: Temas e questões**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 23-52 e 59-95.

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 7-50.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. Volume. 134. São Paulo: Cortez, 2007, p. 9-67.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11-21.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 23-70 e . 71-87.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. Volume 3. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 353-360, 497-560.

TEIXEIRA, Joaquina Barata e Marcelo Braz. O projeto ético político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, v. 1, 2009. p.185-199.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 11-59

VITÓRIA. **Lei Complementar** nº 2013 de 04 de dezembro de 2001, Regulamenta o Passe Livre no Transporte Coletivo Intermunicipal, 2001, p. 1-5.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, v. 1, 2009. p. 125-141.

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA:

A análise da prática do assistente social na viabilização do benefício de passe livre para as pessoas com deficiência.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Letícia Batista de Araújo.

JUSTIFICATIVA

Este estudo visa ampliar conhecimentos sobre a prática do serviço social nesta instituição, esse interesse surge a partir de observações no campo de estágio, onde foi verificado que este espaço de atuação do serviço social é um espaço complexo e cheio de desafios para os profissionais. A princípio este estudo não ira causar riscos, vistos que este será realizado através de questionários.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:

Quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência médica e/ou social aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa.

Basta procurar a pesquisadora: Leticia Batista de Araújo, pelo telefone do trabalho: 3316-4790 e no endereço Rua Bom Pastor nº 35, Rio Marinho, Cariacica.

ESCLARECIMENTOS E DIREITOS

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS

A identidade do voluntário será mantida em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado e pelo patrocinador. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

RESSARCIMENTO DE DESPESAS E INDENIZAÇÕES

CONSENTIMENTO PÓSINFORMAÇÃO

Eu, _____,
portador da Carteira de identidade nº

_____ expedida pelo Órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o

conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Fui informado que meu número de registro na pesquisa é _____ e recebi cópia desse documento por mim assinado.

Assinatura do Participante Voluntário DATA Impressão Dactiloscópica

(p/ analfabeto)

Assinatura do Responsável pelo Estudo Data

Apêndice B – Instrumento para Coleta de Dados

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Nome, idade, sexo, profissão, tempo de atuação nessa empresa e especialização?

2- Qual a história do Serviço Social nessa empresa?

3- Quais são as atribuições do Serviço Social no âmbito desta empresa?

Qual o público alvo de sua intervenção?

4- Quais são as ações desenvolvidas nesta empresa à população usuária?

5- Há quanto tempo essas ações são desenvolvidas? Por quê?

6- Relate acerca do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto à equipe interdisciplinar?

7- Existem limites, desafios, dificuldades ou critérios que dificultam a intervenção do trabalho do Serviço Social junto à população deficiente nesta empresa? Quais?

8- Quais as políticas mais utilizadas pelo profissional enquanto assistente social para a implantação de ações voltadas para esse público alvo?

9- Quais os debates voltados a pessoa com deficiência que você enquanto profissional de Serviço Social participa?

Gostaria de expor algo mais sobre o assunto que não foi abordado nessa entrevista?